#### ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

TRANSCRIÇÃO DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2023, ÀS 10H12MIN.

#### PEQUENO EXPEDIENTE

(ABERTURA DA SESSÃO)

A SRª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Invocando a proteção de Deus e em nome do povo de Mato Grosso, declaro aberta esta Sessão Ordinária.

#### (PRIMEIRA PARTE – LEITURA DA ATA)

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Convido o Deputado Wilson Santos para assumir a 1<sup>a</sup> Secretaria e o Deputado Valdir Barranco para assumir a 2<sup>a</sup> Secretaria.

(OS SRS. DEPUTADOS WILSON E VALDIR BARRANCO ASSUMEM A 1ª E 2ª SECRETARIAS, RESPECTIVAMENTE.)

A SRª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Peço ao Deputado Wilson Santos que faça a leitura da Ata.

(O SR. 2° SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, ÀS 15H15MIN.)

O SR. 2º SECRETÁRIO (WILSON SANTOS) - Lida a Ata, Sr. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Lida a Ata pelo nobre colega Deputado. Eu coloco a Ata em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Contrários se manifestem, favoráveis permaneçam como estão. Está aprovada.

#### (PRIMEIRA PARTE – EXPEDIENTE)

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Solicito ao colega Wilson Santos que possa fazer à Leitura do Expediente.

(O SR. 1° SECRETÁRIO WILSON SANTOS PROCEDE À LEITURA DO EXPEDIENTE OFÍCIO N° 17/2023, DA CASA CIVIL; OFÍCIO N° 41/2023, DA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS – AMM; OFÍCIO N° 77/2023, DA SECRETARIA DE ESTADUAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER; OFÍCIO N° 2484/2023, DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO; MEM. N° 16/2023, DA CPI DO LEITE; RELATÓRIO SETORIAL TEMÁTICA DO FOMENTO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E AGRICULTURA FAMILIAR DE MATO GROSSO.).

O SR. 1° SECRETÁRIO (WILSON SANTOS) - Lido o Expediente, Presidente.

## (SEGUNDA PARTE – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES)

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Lido o Expediente pelo nobre colega Deputado Wilson Santos, nós passamos agora ao Pequeno Expediente.

O nosso primeiro inscrito é o Deputado Carlos Avallone.

O SR. CARLOS AVALLONE - Senhora Presidente, senhores Deputados aqui presentes, toda nossa Plenária aqui que está nos acompanhando.

Eu queria, em primeiro lugar, parabenizar o nosso Deputado Júlio Campos, que acaba de assumir a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça.

Vi uma primeira entrevista dele e quero parabenizá-lo pela postura, que não poderia ser diferente da que ele vai impor, com certeza, nos trabalhos da Comissão.

Conte com a nossa colaboração no que precisar, Governador.

Queria também falar sobre o último tema falado pelo Wilson aqui, que foi o recebimento do relatório da CPI do leite.

Eu tive o prazer de ser o relator dessa CPI também, a pedido do próprio Presidente Cattani, e nós realizamos um trabalho pelo qual eu quero parabenizar o Deputado Cattani pela sua condução.

O Deputado Cattani é um produtor de leite, ele tira leite de manhã, sempre tirou, hoje em dia ele aprendeu a tirar voto agora, pegar o voto, mas ele não deixa de ser um grande produtor, um grande pequeno produtor de leite.

A visão da CPI foi no sentido de a gente tirar os entraves que havia para que essa produção possa ter um andamento importante. Têm várias posições muito importantes nessa CPI, conseguimos fazer um entendimento entre o setor da indústria e o setor é dos pequenos produtores, mostrando que não há diferença disso. Todos são parceiros.

A condução dele foi excepcional, nós fomos até o interior, visitamos, eu o acompanhei a Campinápolis, ele foi também a Pontes e Lacerda, foi a Terra Nova, quer dizer, foi uma CPI que foi ao encontro dos problemas, e resolveu, e propôs a solução de muitos deles.

Parabéns ao senhor e a todos os membros da CPI!

Quero propor aqui duas Moções de Pesar, infelizmente.

A primeira da nossa amiga, que eu tinha até como uma sobrinha, Maria Gabriela Boabaid Teixeira, que trabalhou em várias áreas, porém, sua paixão era a área da regulação, onde acreditava ter a possibilidade de dar assistência digna aos pacientes mais necessitados do Estado.

Merecidamente ocupou o cargo de Secretária Adjunta de Regulação na Secretaria de Estado de Saúde. São 20 anos de serviços prestados onde posteriormente se aposentou devido à enfermidade.

Ela lutou contra um câncer e acabou falecendo durante uma cirurgia, em São Paulo, hoje inclusive é a missa de sétimo dia.

Secretaria de Servi Eu quero deixar aqui o nosso sentimento aos seus pais, nossos grandes amigos, Marinheiro Lucila e a Carol, sua irmã, e a todos os familiares.

A segunda Moção de Pesar é pelo falecimento do Manoel Dresch, empresário fundador não só do Dourado, do Cuiabá, grande idealizador do Projeto, do clube, e empresário de sucesso.

A empresa Drebor, lá no Distrito Industrial, uma belíssima empresa, que visitei por diversas vezes, tendo almoçado algumas vezes com ele, discutindo projetos de incentivos, projetos de desenvolvimento, um grande empreendedor, é pai do Presidente atual, Alessandro Dresch, e do vice-Presidente, Cristiano Dresch,

A gente leva as nossas condolências e considerações a ele.

Quero pedir também, estou dando entrada também aqui em um substantivo ao Projeto de Lei que está sendo encaminhado à Casa, e pedindo o desarquivamento da PEC 08/22, e ainda, nosso Secretário da Mesa, Zé Domingos, pedindo para ver se é possível, porque ele está todo pronto, que a gente possa colocar esse desarquivamento já na pauta da reunião de hoje à tarde, às 17h.

É a PEC 08/2022 - está bom?

Eu já tinha pedido o desarquivamento e estou fazendo essa proposta novamente aqui agora.

Era isso. Muito obrigado.

(O SR. DEPUTADO WILSON SANTOS ASSUME A PRESIDÊNTE.).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Próximo inscrito...

O SR. CARLOS AVALLONE - Desculpa, Wilson.

Só para... Eu vi a chegada do Dilmar aqui e você leu também aqui a nova indicação do Dilmar como nosso Líder, indicado pelo Governo, e o Vice-Líder o Beto Dois a Um, que já começa, ali lado a lado Júlio e Beto, que nas primeiras horas aqui um já é Presidente da Comissão e o outro já vice-líder. A dupla começou arrasando quarteirão aqui.

Parabéns, Dilmar, pela indicação!

Eu fico muito contente. Conte comigo sempre. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Próximos inscritos, os Deputados Dr. João e Beto Dois a Um.

Só comunicando que nós não vamos permitir no Pequeno Expediente, pelo adiantado da hora, excesso.

Rigorosamente vamos cumprir os três minutos.

Lembrando que o Pequeno Expediente é apenas para apresentação de proposições ou comunicação urgente ao Plenário. Os discursos ficarão para os debates das matérias na Ordem do Dia ou durante a Explicação Pessoal, quando o Deputado tem até 10 minutos para tratar de qualquer tema livremente.

Com a palavra Dr. João.

Em seguida o Deputado Beto Dois a Um.

Inscritos também o ex-Governador Júlio Campos, Faissal Calil, Wilson Santos, Dilmar Dal Bosco, Janaina Riva e Valdir Barranco.

O SR. DR. JOÃO - Bom dia!

Bom dia a todos!

Bom dia, Presidente!

Bom dia, colegas!

Bom dia, imprensa que nos assiste e pessoal das galerias.

Prazer estar aqui hoje novamente.

Secretaria de Servi Em primeiro lugar, eu queria parabenizar o nosso colega Deputado Júlio Campos por assumir a CCJR.

Eu queria falar uma coisa para o senhor, Deputado Júlio, eu comentei ontem, o senhor está parecendo um garoto de 21 anos, que ganhou o primeiro mandato.

Parabéns pela sua atuação, pela sua força de trabalho!

É uma honra para nós todos estar hoje ao seu lado. Um beijo no seu coração.

Senhor Presidente, tem uma Lei que já foi apresentada no Senado, inclusive o Deputado Jaime Campos foi relator, que institui a cobrança de pedágios nas rodovias de pagamento por quilômetro rodado.

Muitas vezes a pessoa mora a 5, 10 km de um posto de pedágio e tem que pagar integral para ir e para voltar. Então, a gente queria regulamentar, fazendo um Projeto de lei nesse sentido, para regulamentar, tem um nome, chama Freefall – bonito nome, Presidente.

E queria também, senhor Presidente, dizia que os estabelecimentos de hospitalização e de assistência médica, pública ou privada, necessitam ter a presença de um diretor técnico e em muitos não existem esse diretor técnico.

Eu queria que proibisse qualquer valor ou taxa em maternidades particulares para permitir que o pai ou acompanhante assistam o parto no centro obstetra. Dizer, como informação, que o pai não é acompanhante, o pai é pai da criança que vai nascer.

Senhor Presidente, por hoje era só.

Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Parabéns, Deputado Dr. João, cumpriu rigorosamente o tempo.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

TRANSCRIÇÃO DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2023, ÀS 10H12MIN.

Próximo inscrito, o Deputado e Governador Júlio Campos.

Em seguida os Deputados Faissal Calil e Dilmar Dal Bosco - são os próximos

Registrar a presença do vereador Fábio Bezerra, do município de Vale do São Domingos, do Presidente do Sintep Valdeir Pereira e da Edna Oliveira, Presidente Sintep de Colíder.

Com a palavra, o ex-Governador Júlio José de Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Senhor Presidente, nobres colegas parlamentares, ocupo a tribuna primeiramente para agradecer de todo o coração a escolha do meu nome para membro da Comissão de Constituição e Justiça, em seguida, da minha eleição para presidir aquela importante Comissão de trabalho desta Casa.

Agradeço aos meus Pares Deputados Thiago Silva, Elizeu Nascimento, Dr. Eugênio e Diego Guimarães pela minha eleição.

Quero também nesta oportunidade comunicar ao Plenário a escolha do Doutor Eugênio, Deputado Dr. Eugênio, para ser o nosso vice-Presidente.

Agradeço também a visita naquele instante, honrosas para nós, dos nossos Vice-Presidentes Deputada Janaína Riva e Deputado Wilson Santos, que honraram com a sua presença a nossa eleição.

Também já realizamos a primeira reunião extraordinária e acabamos de aprovar, em caráter definitivo na Constituição lá na Comissão, a Emenda Constitucional 12/22, que proíbe a criação de novas reservas, unidades de conservação e parques ecológicos aqui em Mato Grosso, enquanto não cumprir o pagamento das que já foram criadas há anos.

Quero apresentar três Moções.

inscritos.

Uma Moção de Pesar pelo falecimento do jornalista Ademar Andreola grande companheiro nosso, trabalhou por muitos anos no grupo futurista de comunicação, faleceu ontem aqui em Cuiabá.

Secretaria de Servic Também referendar o voto de Pesar pelo falecimento do grande empresário Manoel Dresch, que foi um dos grandes pioneiros do comércio e um dos fundadores do Cuiabá Esporte Clube.

E quero também fazer uma indicação, senhor Presidente, ao Governador Mauro Mendes e ao Secretário de Segurança Pública, da necessidade urgente da nomeação dos aprovados para o cargo de agente penitenciário, polícia penal, no polo de Pontes e Lacerda, onde a região e bastante tumultuada, que se baseia no concurso 01/2016, de 25 de novembro de 2016.

Essas são as minhas indicações.

Um grande abraço.

Que Deus abençoe os nossos companheiros.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Parabéns Governador Júlio Campos, dando exemplo de cumprimento de horário.

Próximo, o Deputado Faissal Calil.

Em seguida o Deputado Dilmar Dal Bosco, Deputada Janaína Riva, Deputado Valdir Barranco, Deputado Elizeu Nascimento e Cláudio Ferreira.

Com a palavra, o Deputado Faissal Calil.

O SR. FAISSAL CALIL - Bom dia, senhor Presidente!

Bom dia, nobres Pares, funcionários desta Casa, todos que nos acompanham das galerias, imprensa, Rádio Assembleia e TV Assembleia.

Sintam-se todos saudados.

Senhor Presidente, sem reapresentação não há tributação.

Se alguém se arrogar do poder de instituir impostos sobre o povo sem autorização deste estará violando a razão de ser do próprio Governo.

É isso o que tem acontecido com o Governo aqui no Estado de Mato Grosso.

Na MT-130, em Primavera, o Governador instituiu um pedágio contra a vontade popular.

Daí eu pergunto para os nobres Pares: isso é um Governo legítimo? Creio que não.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Excelência, desculpe interromper. Nós estamos no Pequeno Expediente.

O SR. FAISSAL CALIL – Desculpa, Deputado Wilson Santos, o senhor tem o costume de interromper os Pares de forma indevida.

Eu estou apresentando Projeto de Lei. Então, o senhor me deixe falar e contemplar o meu pensamento para depois falar alguma coisa. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Esse período...

O SR. FAISSAL CALIL - É para apresentar Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – O debate é depois...

O SR. FAISSAL CALIL – Eu não estou debatendo. Eu estou apresentando e falando as razões da justificativa do meu Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Aí sim.

O SR. FAISSAL CALIL - Sim. Então, mas o senhor me interrompeu erroneamente.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Então, o senhor tem direito a mais

Agora o senhor gostou, não é?

um minuto.

O SR. FAISSAL CALIL - Agora eu gostei.

Obrigado, Wilson Santos. Você é um cara muito democrático. Parabéns!

Eu questiono: para que serve o Legislativo, se não para frear os abusos do Governo na instituição de impostos indevidos?

Neste momento estou apresentando um Projeto de Lei que proíbe a instituição de pedágios por meio de decreto.

O pedágio só deve ser instituído mediante Lei específica e essa é a função deste Parlamento, frear os abusos do Executivo.

Nós somos representantes da população.

E reflitam, nobres Pares: pior do que querer fazer e não poder é poder fazer e não fazer.

Então, eu peço a todos os Pares que acompanhem o Deputado Faissal neste Projeto de Lei, alterando a Lei 8.620, alterando a Constituição Estadual, para que o povo seja ouvido e a instituição de impostos seja feita somente à vontade popular, que quem a representa aqui neste Parlamento somos nós Deputados. Nós representamos o povo.

Então, somente passando por esta Casa de Leis pode instituir tributos.

É isso, Deputado Wilson Santos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Muito bem, Deputado Faissal.

Essa é uma discussão que vai, sem dúvida, polemizar nesta Casa a cobrança de tributos, já são 10 estradas de Mato Grosso, 10 estradas de Mato Grosso, que cobram o pedágio.

Com a palavra, o Deputado Dilmar Dal Bosco...

Deputado Valdir Barranco.

O SR. VALDIR BARRANCO - Senhor Presidente Wilson Santos, primeiro parabenizá-lo por estar lembrando que nós devemos seguir aqui o rito do nosso Regimento Interno e nesse momento apresentar apenas as proposições. Então, quero aqui apresentar alguns Requerimentos.

Requerimento ao senhor Governador do Estado de Mato Grosso e à senhora Secretária de Estado de Agricultura Familiar, a fim de requerer providências e informações sobre a obra do prédio da Empaer que se encontra paralisada.

Solicito que informe qual o cronograma para a execução da obra; qual o prazo de encerramento da reforma da obra; por qual motivo ainda não foi entregue; o que falta para que se encerre; quem é o servidor responsável pelo prosseguimento desse assunto junto ao Governo do Estado; qual o valor já gasto; qual o valor total e toda a planilha de execução da obra.

Requerimento ao senhor Governador do Estado de Mato Grosso e ao Senhor Secretário de Saúde a fim de solicitar informações sobre a fila de cirurgia em Mato Grosso.

Indicação ao Superintendente Regional da Fundação Nacional de Saúde sobre a necessidade de realizar a limpeza do poço artesiano do Distrito de Selma, no município de Jaciara.

Indicação ao senhor Governador do Estado de Mato Grosso para que o Estado possa regulamentar a concessão de linha de crédito consignado com margem de 45% para os servidores públicos ativos e inativos.

Indicação ao senhor Secretário de Infraestrutura e Logística da necessidade de recuperação de forma urgente da MT-208 e 320, trecho de Alta Floresta a Nova Santa Helena.

Alguns Projetos de Lei.

Projeto de Lei que dispõe sobre o programa de incentivo ao produtor rural no Estado de Mato Grosso.

Projeto de Lei que institui o Programa Educação Antirracista nas escolas públicas e privadas.

Projeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade dos cinemas de Mato Grosso de se responsabilizarem a reservar no mínimo uma sessão mensal destinada às crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista e suas famílias.

Projeto de Lei que cria a política de alfabetização digital para estudantes com deficiência na Rede Pública de ensino do Estado de Mato Grosso.

Projeto de Lei que institui o Programa Cuidar Menina/Mulher e dá outras providências.

E também aproveitar esses segundos que me restam para saudar aqui a imprensa, todos os que estão nas galerias, o povo de Mato Grosso, os nossos colegas e, de forma especial, o Vereador Walter, de Guarantã, e também o Valdeir Presidente, do Sintep, em seu nome todos os que integram o Sindicato que ao longo de todas essas décadas fizeram história e ajudaram a construir uma educação pública mais forte em Mato Grosso.

Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Obrigado, Deputado Valdir.

O Deputado Elizeu Nascimento é o próximo.

Depois o Deputado Cláudio Ferreira e o Deputado Paulo Araújo.

O SR. ELIZEU NASCIMENTO - Senhor Presidente, senhores Deputados, Deputada, TV, Rádio Assembleia, toda a imprensa e todos aqueles que nos acompanham aqui das galerias.

Em especial aqui os aprovados do sistema penal, os aprovados policiais penais, que estão buscando hoje, senhor Presidente, o mesmo direito daqueles demais aprovados que foram convocados, nomeados, pelo Governo do Estado, ficando, assim, esses remanescentes que aguardam, esses aprovados que aguardam também o mesmo direito.

Sabiamente, senhor Presidente, sabemos que hoje temos inúmeros sistemas penitenciários que ainda têm esse déficit, um déficit hoje que pode, com certeza, ser suprido com esses aproximadamente 400 policiais penais que restam a ser convocados, que poderiam, através dessa

nossa indicação, ser chamados em duas etapas, 200 agora no ano de 2023 e 200 no ano de 2024, fechando assim a cota e todos puderem também contribuir com a Segurança Pública do Estado de Mato Grosso.

Sejam bem-vindos!

Têm o apoio do Deputado Sargento Elizeu Nascimento. Vamos lutar para as suas convocações, assim como lutamos pelas demais.

Ainda, senhor Presidente, temos aqui a solicitação, apresentando um Projeto de Lei que autoriza o Governo do Estado a reduzir o ICMS das câmeras de segurança, fomentando assim o aumento do seu consumo pela população e posterior apoio na resolução de investigações e outras demandas da Segurança Pública.

Bem como também indicamos ao Governo do Estado a aquisição de câmeras de monitoramento para os 141 municípios para o trabalho em conjunto com as forças de Segurança Pública em nosso Estado.

Para que os municípios possam implantar nas entradas dos municípios essas câmeras, em parceria com a polícia militar, fazendo assim um fortalecimento e contribuindo com a polícia militar.

Indicamos também ao Governo do Estado e ao Secretário de Segurança Pública a aquisição de armamentos menos que letais, tais como armas de eletrochoque, a conhecida Spike, ou que seja Taser, spray de pimenta e etc., para uso dos policiais militares, civis e penais na resolução de ocorrências que necessitem de imobilizações que contenham agressores ou pessoas em conflito com a lei desarmados.

Finalizando as proposições, apresentamos o Projeto de Lei declarando de utilidade pública a Associação Desportiva Paranatinga.

E, honrosamente, oferecemos Moções de Aplausos aos componentes do Proerd, Programa Educacional de Resistência às Drogas, realizado pela polícia militar, dando início hoje nas escolas públicas e militares.

Deputado Wilson, essa aquisição desses materiais menos que letais, armamentos menos que letais, é fundamental hoje porque sabemos do baixo efetivo hoje da polícia.

Está encerrando o tempo, mas numa outra oportunidade teremos aqui capacidade técnica de explanar sobre o porquê desse armamento menos que letal diante das ocorrências que acontecem.

Esse é o caminho para que o policial possa executar sua atividade, muitas vezes evitando algum confronto... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Parabéns, Deputado Elizeu!

Parabéns! Iniciativas muito importantes para que a gente pare toda segunda-feira de ler nos jornais: "mais um jovem assassinado, mais uma família destruída". É possível, sim, termos uma polícia melhor equipada.

Com a palavra, o Deputado Cláudio Ferreira.

Em seguida, o Deputado Paulo Araújo.

Últimos inscritos Deputado Lúdio Cabral e Sebastião Rezende.

O SR. CLÁUDIO FERREIRA - Bom dia, senhores Deputados, todos os presentes, pessoas que nos acompanham pelas mídias.

Meus amigos, hoje eu trago aqui, senhor Presidente, nobres Pares, um Requerimento para instituir aqui a frente parlamentar de combate ao aborto, pró-vida.

Isso se faz necessário, Presidente, porque hoje nós temos um Governo na esfera Federal que se elegeu dizendo ser contra o aborto e logo mais, na sequência, vejam só senhores, o Governo Lula, o Governo do PT, tirou o Brasil da declaração dos países contra o aborto.

Não obstante a sanha do Governo do PT, do Governo Lula, na esfera Internacional, também envidou com a revogação de alguns decretos flexibilizando o aborto.

Se faz necessário, meus amigos, neste momento que os Parlamentares de todo o Brasil se associem no enfrentamento necessário pró-vida.

A vida é o maior valor humano. Se o homem perder, a vida o que mais lhe resta? E o maior valor moral, humano é defender a vida, especialmente dos vulneráveis.

Por isso eu quero agradecer aqui o Deputado Faissal Calil, o Deputado Gilberto Cattani, o Deputado Elizeu Nascimento e o Deputado de Dilmar Dal Bosco por comporem conosco essa frente parlamentar...

O Deputado Wilson Santos também pedindo para estar aqui conosco. Maravilha!

Nós precisamos de todo o apoio possível para fazer o enfrentamento com o PT e com sua sanha revolucionária contra os nossos usos consagrados, contra as nossas tradições e contra o livre mercado.

Muito obrigado.

Tenhamos todos certos de que esse Parlamento aqui não vai se calar, não vai se dobrar, diante da sanha do PT e da revolução.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Próximo, o Deputado Paulo Araújo. Em seguida, Lúdio Cabral e Sebastião Rezende.

O SR. PAULO ARAÚJO - Bom dia, nobres Deputados.

Faço um cumprimento especial aqui em nome do nosso Presidente Deputado Wilson aos servidores, imprensa e toda a população que nos acompanha pela TV e Rádio Assembleia.

Faço uso aqui do Pequeno Expediente, nobres parlamentares, para fazer algumas indicações.

Uma Indicação para a construção de uma escola no município de Apiacás. Desde já agradeço a votação expressiva que eu tive naquele município, mais votado da história do município.

Também cumprimento aqui a caravana do nosso prefeito de Lambari, Marcelinho, também fazendo algumas indicações para aquele município de patrulha mecanizada, recursos para custeio de saúde e investimentos na estrada que liga o município ao Pingadouro, distrito daquele município.

E também deixaria de cobrar aqui e também parabenizar, logicamente, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso que pautou o processo de intervenção, o mérito, da intervenção na saúde pública aqui do município de Cuiabá.

A gente aguarda ansiosamente para que o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso decrete a intervenção aqui no município de Cuiabá.

O município de Cuiabá, a Secretaria Municipal de Saúde, não tem mais condições nenhuma digerir o sistema público de saúde aqui no município.

Esta semana nós tivemos mais um Secretário preso por corrupção, negociava notas, pagava notas frias, fora as inúmeras irregularidades apontadas em vários processos de investigação, de denúncia, de afastamento de Secretário, da falta de profissionais médicos nos plantões, da falta de medicamento, da falta de insumos, da falta do comprometimento.

Os nossos guerreiros servidores públicos da saúde municipal perderam a confiança no seu gestor; os prestadores de serviços, os terceirizados, também perderam a confiança, porque não tem mais condições de confiar no gestor.

Então, ali se criou uma situação extremamente delicada que há muitos anos, eu particularmente há 20 anos trabalhando no Sistema Público de Saúde nunca vi, nunca vi.

É o pior momento da Saúde Pública do Estado de Mato Grosso aqui no município de Cuiabá.

Muitas pessoas, infelizmente, estão morrendo, Deputado Wilson Santos, por falta desse comprometimento, dessa confiança, que infelizmente se perdeu no decorrer do processo da gestão aqui no município de Cuiabá.

Então, eu creio, eu acredito muito que o Tribunal de Justiça, Tribunal formado por Desembargadores sérios, honestos, decretem, para que nós possamos novamente salvar vidas com recursos públicos.

Não dá mais para admitir, Deputado Lúdio, vossa excelência que vai assumir a Presidência da Comissão de Saúde, ver de camarote o que está acontecendo na saúde pública aqui no município de Cuiabá, que, infelizmente, está matando pessoas, não só pacientes aqui de Cuiabá, mas do interior do Estado de Mato Grosso todo.

Cuiabá é referência para todo o Estado de Mato Grosso. Os municípios colocam um pouquinho do dinheiro do seu teto aqui no município de Cuiabá para que ele tenha condições de servir de referência para todos os municípios e infelizmente não faz, não faz para sua própria população a atenção básica.

Você chega lá e não tem medicamento da atenção básica nos postos de saúde. Não tem. É reclamação generalizada nas policlínicas, nas UPAs.

Eu nunca vi um pico de reclamações tão grande igual nós estamos encontrando aqui no município de Cuiabá.

E pelos comentários de bastidores, parece que vai ter novas ações, novas prisões aqui no município de Cuiabá.

Nós vamos esperar mais pessoas morrerem para a gente poder agir?

Então, chegou a hora de agir e o Parlamento, a Assembleia Legislativa tem um papel extremamente importante, como juiz desse processo, e também, logicamente, cobrar a Saúde Pública do Estado de Mato Grosso como um todo. Nós temos um grande problema, que é a fila de espera do Sistema Público de Saúde. Nós precisamos intervir, fazer cobrar duramente também o gestor Estadual Secretário Gilberto, que tem uma gestão um pouco... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Excelência, e proposição?

Conceder mais um minuto para sua excelência

O SR. PAULO ARAÚJO - Nós estamos propondo aqui, Presidente, não sei se escutou inicialmente as indicações para os municípios, propondo aqui que nós, o Parlamento, possamos intervir de forma direta como juízes do processo nessa lide entre o Estado e o município de Cuiabá, numa ação proposta pelo Ministério Público, que acompanhemos de perto.

A minha proposta é que seja aprovada a intervenção, com amplo apoio da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, que tem a finalidade de salvar vidas aqui no nosso querido Estado.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Muito obrigado, Deputado Paulo Araújo.

Em seguida Deputado Lúdio Cabral, Sebastião Rezende e Thiago Silva. Consulto o nosso vice-líder de Governo se vai manter a inscrição, Beto Dois a Um. Deputado Beto, o senhor mantém a inscrição no Pequeno Expediente? Retira. Deputado Lúdio.

O SR. LÚDIO CABRAL - Bom dia senhores e senhora Deputada, trabalhadores da Assembleia, imprensa, população que nos acompanha aqui em Plenário, que nos acompanham pela TV Assembleia, pela Rádio Assembleia, pelos canais nas redes sociais, quero saudar a todos e todas.

Quero fazer uma saudação especial ao meu amigo Chico do Bar, o Chico da Zona Leste, que acaba de assumir o mandato de vereador lá no município de Sorriso.

Quero dizer que conte comigo, Chico. A nossa caixa de ferramentas está a sua disposição para lutar pelos direitos da população trabalhadora de Sorriso.

Sorriso tem população trabalhadora e tem representação lá na Câmara, tem também representação aqui no Parlamento.

Eu começo já apresentando, não gostaria de ter que fazer isso, mas já começo apresentando um Requerimento de convocação do Secretário de Planejamento e Gestão do Estado de Mato Grosso, Basílio, para que ele venha à Assembleia prestar esclarecimento sobre os descontos da contribuição sindical dos Sindicatos dos Trabalhadores do Serviço Público em Mato Grosso, procedimentos questionáveis sendo adotados pelo Governo do Estado.

Nós queremos esclarecimentos e providências para que a liberdade de filiação ao sindicato, de contribuição ao sindicato, seja assegurada pelo Governo do Estado.

Acabo de receber, em diálogo com representação Sindical do Estado, questionamentos sérios em relação a esse tema.

Também apresenta hoje, senhor Presidente, um Requerimento com pedido de informações à Secretaria de Estado de Segurança Pública acerca do lotacionograma atualizado da Politec, por unidade, e uma série de outras informações, relacionadas inclusive ao concurso público de 2017, sobre a necessidade de lotação de profissionais em vários locais no Estado e também de respeito àqueles profissionais que já têm a sua lotação definida pelo concurso público que foi realizado.

Também apresento um Projeto de Lei que trata da pauta da violência sexual, ou assédio em estabelecimentos de lazer e de proteção a mulheres e jovens.

E apresento ainda um conjunto de emendas a proposições que estão tramitando aqui na Casa.

Secretaria de Servi E já, após o diálogo com os colegas... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO) ...e já, após o diálogo aqui em Plenário com os colegas que irão compor a Comissão de Saúde Assistência Social e Previdência Social da Assembleia Legislativa, o anúncio de que faremos a reunião de instalação e já de eleição oficial dos Presidente e Vice-Presidente da Comissão na terça-feira, dia 28 de fevereiro, e na mesma terça, Paulo, já uma reunião de trabalho da Comissão para já organizarmos um cronograma de atividades da Comissão de Saúde e de tarefas importantíssimas que a Comissão de Saúde precisa tratar.

O colega Paulo Araújo já trouxe na fala dele no Pequeno Expediente, no comunicado urgente que ele já fez, uma série desses problemas e a Comissão de Saúde precisa assumir a responsabilidade de buscar a solução... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Parabéns, Deputado Lúdio.

Próximo inscrito, o Deputado Sebastião Rezende.

Em seguida, o Deputado Thiago Silva e o último inscrito, Deputado Diego Guimarães.

Em seguida, vamos começar a Ordem do Dia, para votarmos todas essas indicações, todos esses Requerimentos.

Deputado Sebastião Rezende, com a palavra.

Registro a presença do Chico da Zona Leste, vereador de Sorriso, Valcimar Fuzinato, vereador de Guarantã do Norte, José Carlos Batista "Carlinhos", vereador de Cotriguaçu. Sejam todos bem-vindos nesta Casa.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Senhor Presidente, senhores Deputados, cumprimento também a Senhora Deputada, todos aqueles que prestigiam essa Sessão os nossos cumprimentos.

Senhor Presidente, eu trago aqui alguns Requerimentos buscando explicações da Secretaria de Estado acerca de alguns assuntos, indicações e moções.

Dentre esses Requerimentos que eu estou apresentando, senhor Presidente, nós estamos buscando explicações aqui da Secretaria de Estado de Infraestrutura e da AGER com relação à empresa que explora o serviço da Rodovia, do trecho ligando Jangada até Campo Novo do Parecis, passando por Barra do Bugres, Tangará da Serra.

Senhor Presidente, há um questionamento que eu entendo extremamente grave: como é que faz uma privatização de um trecho onde você tem a trafegabilidade de veículos pequenos, de caminhões, e esses caminhões que pagam pedágio, e pagam caro pelo pedágio, não têm direito de assistência. Se ele tiver um problema mecânico, não tem guincho para ir lá e remover esse caminhão, pagando um preço absurdo no pedágio.

Então, nós temos essa denúncia e os caminhoneiros estão extremamente indignados. Eu não consigo entender.

A argumentação que eles têm é a de que no contrato não consta essa assistência para caminhões.

Ora, se ele paga o pedágio, ele tem direito dessa assistência, como qualquer cidadão tem direito dessa assistência nas rodovias pedagiadas, seja ela estadual, ou municipal.

Então, nós estamos nesse Requerimento, senhor Presidente, cobrando explicação da AGER e da Secretária de infraestrutura. Secretaria de Infraestrutura é responsável por esses contratos e AGER pela fiscalização.

Então, queremos essa resposta, com a maior celeridade possível, até para que possamos aqui tomar as providências necessárias para que esses trabalhadores possam ter os seus direitos assegurados, seus direitos garantidos, senhor Presidente.

Muito obrigado.

Silva.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Próximo inscrito, o Deputado Thiago

Deputado Thiago Silva, com a palavra.

O SR. THIAGO SILVA - Senhor Presidente, colegas Deputados, Deputada Janaína. Eu quero aqui de forma especial cumprimentar todos os servidores públicos e aqui reforçar, mais uma vez, senhor Presidente, o pedido ao Governo do Estado, à Seplag, à Secretaria de Segurança, a nomeação urgente dos nossos profissionais da segurança pública e aqui eu quero citar os policiais penais.

Nós sabemos que tem um déficit em todo o Estado de Mato Grosso de novos policiais penais e aqui eu quero mais uma vez reforçar.

Nós estamos num momento de superávit das contas, o percentual de gasto com pessoal está bem abaixo do que quando nós assumimos este mandato, e é mais do que justo o chamamento desses profissionais para fortalecer a segurança do Estado de Mato Grosso.

Quero aqui deixar o meu abraço a todos os aprovados no concurso.

Senhor Presidente, estou apresentando aqui uma Indicação à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico e à Secretaria de Fazenda, pedindo a discussão, a revisão, da Lei de incentivos aqui no Estado de Mato Grosso.

Nós precisamos urgentemente fazer um debate sobre a industrialização do Estado de Mato Grosso.

Esta semana eu li uma matéria de que o Estado de Mato Grosso é um dos Estados que está avançando na industrialização, mas nós precisamos ir além.

Nós precisamos aproveitar esse momento da expansão da ferrovia, todo esse debate que está sendo feito, que esta Casa foi responsável pela estadualização da ferrovia, para que paralelamente a isso nós possamos discutir a industrialização do Estado de Mato Grosso.

Nós temos uma Lei Federal, a Lei Kandir, que incentiva a exportação de produtos primários.

Por isso nós precisamos - esse debate a gente tem falado aqui, tem feito desde o início da gestão anterior -, nós precisamos agregar valor à matéria-prima no Estado de Mato Grosso em todas as regiões, principalmente onde essa ferrovia está passando, vindo da Região Sul, lá de Alto Taquari, Rondonópolis, agora subindo para Cuiabá e também para a Região Norte, ali na região de Lucas e Nova Mutum.

Então, esse debate é necessário, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, juntamente com a Sefaz, e precisamos promover esse debate nesta Casa.

Estamos apresentando essa Indicação e alguns Requerimentos cobrando uma política mais audaciosa para promover a industrialização no Estado de Mato Grosso.

Nós não podemos ficar apenas nesse debate nesta Casa, mas que realmente isso seja garantido em lei para que possamos fomentar a industrialização e assim consequentemente a geração de mais... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Parabéns, Deputado.

Deputado Diego Guimarães.

O SR. DIEGO GUIMARÃES - Senhor Presidente, Deputado Prefeito Wilson Santos, quero cumprimentá-lo e em seu nome cumprimentar todos os senhores Deputados e a Senhora Deputada.

Em nome do ex-Deputado Zé Domingos Fraga cumprimentar todos os servidores desta Casa e a imprensa faz presente.

Em nome dos vereadores de Guarantã do Norte, e vejo aqui o Davi da farmácia, vejo aqui o Walter, do sindicato, e também o Presidente Valcimar, da Câmara Municipal de Cuiabá (sic), cumprimentar os servidores públicos, os mato-grossenses e as mato-grossenses que se encontram nas galerias desta Casa.

Leve um abraço, Davi, Valcimar e Walter para toda a nossa população guarantanhense e leve as boas novas.

Ontem nos estivesses, inclusive estou apresentando hoje, Beto, uma Indicação, já oficializamos, já tivemos uma conversa com o Governador, com o Vice-Governador, também com o Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso e também o Coronel Mendes Comandante Geral da PM, será feito um estudo, levantamento, e levaremos, se Deus quiser, se for da vontade do povo guarantanhense, uma escola militar para o nosso município.

Então, levem essas boas novas.

Nos próximos dias creio que já estaremos lá também com Deputado Dilmar Dal Bosco, fazendo uma visita às escolas estaduais que têm em nosso município para que nós possamos contemplar a população, que é um pleito que vem desde a eleição do ano passado nos solicitando a implantação de uma escola militar no município de Guarantã do Norte.

Então, agradeço a todos, e levem esse abraço a nossa população.

Aproveito também para apresentar, ou melhor, solicitar a vossas excelências, senhores Deputados Júlio Campos, Beto Dois a Um, Dilmar Dal Bosco, a assinatura na CPI da Telefonia.

Mato Grosso, eu tenho em minhas mãos aqui o Requerimento, já contamos com 07 assinaturas, em Mato Grosso nós temos ainda muitos municípios que têm seu crescimento e desenvolvimento do município condicionado e emperrado por conta do mau serviço de telefonia prestado pelas empresas concessionárias de telefonia. Isso não pode mais acontecer.

Fui em Água Boa, o Dr. Gimenez sabe disso, uma cidade quase 40 mil habitantes, que você tem que viver de *wi-fi* em *wi-fi*.

Você vai em Novo Mundo, lá na Região Norte, uma dificuldade incrível.

Em Guarantã, por exemplo, você saiu do centro, indo para Cotrel, no meio do caminho já não funciona a telefonia e as empresas contratualmente têm obrigação de cumprir metas de investimento, e têm obrigação de cumprir números de pontos de acesso e reprodução de sinal.

Infelizmente, Deputado Cláudio, pelo que consta no número de reclamações vindas do sistema de controle, aqui eu cito ao Ministério da Justiça de Segurança Pública, o serviço de telefonia, as operadoras de telefonia... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO) ...os serviços de telefonia estão rankeando, das cinco principais empresas com as maiores reclamações no Brasil, a empresa Oi, Vivo, Claro e Tim estão entre as quatro, dentre as cinco primeiras.

Então, algo precisa ser feito. Precisamos aprofundar o debate, chamar a Anatel para esse debate, chamar o Procon do Estado de Mato Grosso para esse debate, Procons municipais, fazer uma investigação profunda dos dados e principalmente os investimentos feitos pelas empresas de telefonia no Estado de Mato Grosso, porque precisamos democratizar para o Estado continua crescendo. Não basta estradas, não basta a produção, precisamos também de comunicação.

Então, peço a vossas excelências assinatura na CPI da telefonia.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Ok.

Deputado, rei do Araguaia, vossa excelência gostaria de usar a palavra no Pequeno

Expediente?

Dr. Eugênio, nós não estamos ouvindo vossa excelência.

O SR. DR. E<mark>UGÊNIO – A equi</mark>pe técnica agora nos ativou.

Wilson, cumprimentá-lo na Presidência da Assembleia e cumprimentar os nobres colegas.

Esse tema levantado pelo Diego é um tema que a gente vem... Foi a primeira, foi minha primeira fala em plenário, em 2019, quando assumi meu primeiro mandato.

É uma vergonha a prestação de serviço das empresas de telefonia no Estado de Mato Grosso, especificamente aqui no Araguaia.

Vejam só uma curiosidade: Água Boa - a concessionária Vivo apenas apresenta e disponibiliza o sinal de 3G.

Em contrapartida, em contrapartida, Ribeirão Cascalheira, e do outro lado Nova Xavantina, já apresentam um sinal 4G. São essas coisas que nós não conseguimos entender.

Para isso, nobre Deputado Diego, nós apresentamos à Anatel, já fizemos um Requerimento à Anatel, já provoquei a Anatel, já estamos com uma reunião marcada com a representante da Vivo aqui no Estado de Mato Grosso, mas a CPI requerida por vossa excelência com certeza vem ao encontro das demandas do Estado de Mato Grosso, as demandas nossa aqui do Araguaia.

É vergonhoso!

Ainda mais depois da fusão da Tim com a Oi, em vez de melhorar, piorou o sinal aqui na região do Vale do Araguaia.

Mas o caso específico aqui da cidade de Água Boa é vergonhoso! Não tem um sinal 4G num momento em que a 5G já está dominando o mercado. É incompreensível!

Então, nobre Deputado Diego, conte com a minha assinatura, conte com a minha assinatura. Nós iremos, junto com vocês, fazer com que essa CPI tente descobrir por que isso está acontecendo. Isso vai ao encontro das demandas nossa aqui da nossa Região do Araguaia.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Encerrado o Pequeno Expediente.

(AS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS NESTA SESSÃO ESTÃO DISPONÍVEIS EM: <a href="https://www.al.mt.gov.br/parlamento/documentos/parlamentares?tipo=10&sessaoPlenariaAta=&sessaoPlenariaSumula=&sessaoPlenaria=8052&palavraChave=&dataIni=15%2F02%2F2023&numDocumento=&dataInicio=&dataFinal=&search=)</a>

#### GRANDE EXPEDIENTE (NÃO HOUVE)

#### ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Passemos para a Ordem do Dia. Eu repasso aqui a Presidência para a nossa 1ª Vice-Presidente Deputada Janaina Grace Riva Fagundes.

(A SRª DEPUTADA JANAINA RIVA REASSUME A PRESIDÊNCIA.).

do Dia.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Vamos agradecer aqui, em nome da Assembleia Legislativa, a presença do Vereador de Mirassol d'Oeste, Elton Queiroz, e o vereador David Marques, que é de Guarantã do Norte.

Se tiver mais algum vereador, se identifique com a nossa assessoria parlamentar.

Aqui também está o prefeito Tijolinho, nosso amigo de Itaúba. Bem-vindo.

The também esta optición Tijonino, noso dirigo de Tadou. Bem vinci

Todos os representantes do Sintep que estão aí já foram cumprimentados.

Vereador de Sorriso Chico; Fábio dos Santos, de Vale de São Domingos, Fabinho; José Carlos Batista; o Carlinhos, que é nosso amigo vereador do MDB de Cotriguaçu; Edna Martins, que é do Sintep de Colíder; Vice-Prefeito Douglas, também de Itaúba, sentado ali do ladinho. Bemvindos.

Então, não havendo mais inscritos no Pequeno Expediente, vamos passar à Ordem

Vereador de Tangará, Benevaldo Gomes de Souza, também seja bem-vindo.

Indicações de autoria dos Deputados Thiago Silva, Deputado Sebastião Rezende, Deputado Wilson Santos, Deputada Janaína Riva, Deputado Valmir Moretto, Deputado Fabinho, Deputado Elizeu Nascimento, Deputado Dilmar Dal Bosco, Deputado Faissal, Deputado Diego Guimarães, Deputado Paulo Araújo, Deputado Dr. Eugênio, Deputado Eduardo Botelho, Deputado Valdir Barranco e Deputado Cattani.

Eu coloco as Indicações em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os contrários se manifestem, favoráveis permanecem como estão. Aprovadas as Indicações. (ENCAMINHE-SE AO EXPEDIENTE)

Moções de Aplausos de autoria da Deputada Janaina Riva, Deputado Wilson Santos, Deputado Elizeu Nascimento e Deputado Eduardo Botelho.

Eu coloco as Moções em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os contrários se manifestem, favoráveis permanecem como estão. Estão aprovadas as Moções.

#### ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

TRANSCRIÇÃO DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2023, ÀS 10H12MIN.

#### (ENCAMINHE-SE AO EXPEDIENTE)

Moções de Pesar de autoria do Deputado Carlos Avallone, Deputado Júlio Campos e Deputado Wilson Santos.

Eu coloco em discussão...

Deputado Júlio... Deputado Júlio, vossa excelência quer discutir a Moção de Pesar? Para discutir, o Deputado Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS – Senhora Presidente...

#### (O SR. DEPUTADO EDUARDO BOTELHO ASSUME A PRESIDÊNCIA.)

O SR. JÚLIO CAMPOS - Agora senhor Presidente, senhores parlamentares, ontem sepultamos um grande companheiro da imprensa mato-grossense e grande amigo, Ademar Andreola, homem que veio muito jovem, na década 80, do Paraná para Mato Grosso e foi, junto comigo e com a minha esposa Isabel Campos, fundador da Rádio Industrial de Várzea Grande, hoje chamada Massa FM, bem como do Jornal Estado de Mato Grosso, já não em funcionamento, e também trabalhando conosco na Televisão Brasil Oeste e no Grupo Futurista de Comunicação.

Ademar trabalhou também como assessor de imprensa da antiga Prossol, hoje Secretaria de Ação Social, como Secretário de Imprensa, e prestou relevante serviços à imprensa e ao povo mato-grossense.

Vítima de câncer, faleceu aos 65 anos de idade, agora nos últimos anos estava trabalhando como assessor de imprensa da Secretaria de Fazenda, sob a gestão do Secretário Rogério Gallo.

Foi uma perda muito grande para a imprensa de Mato Grosso, para todos nós amigos de Ademar que conhecemos seu trabalho, sua solenidade e sua competência.

A outra Moção de Pesar que eu apresentei a ser enviada a sua família, foi pelo falecimento do nosso amigo Dresch, Presidente fundador do Cuiabá Esporte Clube.

Manoel Dresch deixou uma lenda de história em Mato Grosso, que foi a profissionalização do Cuiabá Esporte Clube, participando do campeonato nacional.

Dresch começou em Várzea Grande, um pequeno empresário de pneus e tornou-se um grande Industrial. É um dos grandes empresários aqui do Distrito Industrial e um cidadão que gera centenas e centenas de empregos em todo Mato Grosso. Também vítima do maldito câncer, que foi levado à morte nesta semana.

Portanto, são duas indicações que eu faço e gostaria de contar com o apoio deste Plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Encerrada a discussão. Em votação as Moções de Pesar apresentadas. Aqueles que aprovam permaneçam como estão. Aprovadas. Vão ao Expediente.

Dispensa de pauta de um Projeto de Lei Complementar, que altera e acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 49, de 1º de outubro de 98, e altera a Lei Complementar nº 50, de 1º de outubro de 1998.

Em discussão...

#### (O SR. DEPUTADO DILMAR DAL BOSCO FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.).

Eu vou encaminhar esse para a Comissão de Constituição Justiça e Redação analisar essa dispensa de pauta.

Nós combinamos no Colégio de Líder, Deputado Dilmar, que as dispensas de pauta iriam diminuir. Então, eu vou encaminhar para a Comissão de Constituição de Justiça ela analisar. Se realmente for de urgência ela dá o parecer e encaminha para cá.

Pela Ordem, o Deputado Dilmar Dal Bosco...

O SR. MAX RUSSI – Presidente, é uma honra falar aqui com o nome do Dilmar, mas você chamou o Dilmar pela Ordem. O Dilmar ficou até preocupado.

Senhores Deputados, impressa presente, público.

Eu venho trazer uma demanda, Presidente, uma cobrança, sobre a BR-163 e 364. O trecho de Jaciara a Rondonópolis está intransitável.

Recebi cobrança do vereador Adnan, de Jaciara, tenho recebido cobranças diariamente daquele trecho.

Agora estão colocando mais seis lombadas eletrônicas de Jaciara a Cuiabá; o trecho aqui para o Norte, para Sorriso, Sinop todo mundo sabe como é o acostamento.

Desde 2015 eu venho batendo nisso, venho falando dessa concessão que não deu resultado, que não deu certo, o Governo do Estado querendo assumir, querendo fazer um investimento, querendo concluir essa obra, Dr. João, e agora um banco impedindo isso, não deixando isso avançar, é bastante preocupante, bastante preocupante, porque quem vai a Rondonópolis, quem vai ao Norte do Estado, nós precisamos, a Assembleia precisa, tomar uma posição aqui, ou do DNIT, ou da concessionária.

A concessionária está recebendo rigorosamente o seu pedágio.

Por que o Ministério Público não atua?

Por que que a Justiça atua em algumas coisas e outras coisas deixa solta, Deputado

Júlio Campos?

Essa BR é uma vergonha para Mato Grosso.

Nós estamos na perspectiva, e acho que vai acontecer, de uma safra recorde em Mato

Grosso.

Esse é o principal meio de escoação da nossa produção, a principal via de escoação da nossa produção e infelizmente vamos passar mais uma safra com muitos acidentes, com muitas vítimas, com muitas pessoas nos deixando.

Secretaria de Servi Essa buraqueira, Sebastião, você que vai para Rondonópolis toda semana, Thiago Silva, Cláudio, enfim, vocês sabem como que está essa BR, quem vai ao Norte do Estado, igual ao Deputado Dilmar, sabe como está essa BR, e Assembleia está de braços atados.

Muitos Deputados têm cobrado, toda esta Casa tem cobrado, tem feito cobranças e eu gostaria de uma ação do Ministério Público Federal, de uma cobrança nesse sentido, que pudéssemos, sim, fazer com que essa concessionária cumpra sua obrigação, faça o mínimo nessa BR. Está cobrando o pedágio, está recebendo, são mais de 500 milhões por ano, e eu novamente tenho que vir a essa tribuna... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO)

E eu novamente, Presidente, tenho que vir nesta tribuna, como tenho feito desde 2015, quando fui ao Ministério Público Federal denunciar a concessão, porque estava cobrando pedágio e não tinha feito a obra. Nos outros anos que passaram novamente cobrando e hoje eu tenho que voltar aqui porque não tem condição, de Jaciara a Rondonópolis não oferece condição, acidentes todos os dias, um perigo constante, e aqui para o Norte da mesma forma.

Então, a gente se sente incapaz. Incapaz! Na verdade, é isso. A gente como Deputado Estadual é incapaz.

Nós somos representantes do povo e o que nos resta é, através da mídia, através da tribuna, fazer a cobrança.

Então, espero que os órgãos de justiça, os órgãos que têm o poder de fiscalização, de cobrança, de execução, de penalização, participem disso, olhem as vidas que nós estamos perdendo, olhem os acidentes que estão acontecendo.

Nós precisamos de uma solução, seja ela qual for, definitiva, para esse problema sério do Estado de Mato Grosso.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

TRANSCRIÇÃO DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2023, ÀS 10H12MIN.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Questão de Ordem, Deputado Dr.

João.

Depois Beto Dois a Um.

O SR. DR. JOÃO - Questão de Ordem, Presidente.

Deputado Max, por favor, fique aqui do meu lado.

Eu assino embaixo de tudo que o senhor falou.

Apesar de eu ser do médio norte, a gente viaja muito para essa região de Jaciara, recentemente inclusive nós fomos, e do nortão, então, é um pecado.

Como a gente critica muito, a gente na vida tem que elogiar também.

No meu trecho, ex-Governador Júlio Campos, que vai de Jangada até Campo Novo, qualquer buraquinho que tem na estrada eles arrumam.

Então, eu queria dar os parabéns aqui, já critiquei muito a Via Brasil, mas hoje eu parabenizo pelo trabalho que eles estão fazendo de Jangada até Campo Novo.

Era só isso, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Beto Dois a Um.

O SR. BETO DOIS A UM - Bom dia!

Bom dia a todos.

Bom dia, senhor Presidente, colegas parlamentares, imprensa, todos que nos acompanham.

Eu quero reiterar o pedido de regime de urgência do Projeto de Lei que trata do Nota MT para desconto no IPVA, Presidente.

Acho que é importante mantermos esse regime de urgência, em função de se tratar de uma proposição que trata diretamente de benefício à população, aumentando o poder de desconto do Nota MT para o desconto de IPVA de R\$100 para R\$700.

A urgência do prazo se dá para que a gente possa ter mais tempo para divulgar, para que a população se prepare com mais antecedência, para o próximo sorteio, que ele já possa comparecer e ter esse benefício, que é tão importante esse exercício de cidadania fiscal que do Nota MT vem promovendo no Estado de Mato Grosso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Ok.

Atendendo à solicitação do Vice-Líder do Governo e ninguém se manifestando em contrário, eu coloco em votação, então, o pedido de dispensa de pauta para esse programa do Nota MT. Aqueles que aprovam permaneçam como estão. Os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

O outro vai para Comissão de Constituição de Justiça e Redação para dar o Parecer.

Quero dar conhecimento ao Plenário que a Câmara Setorial Temática do Fomento a Micro e Pequenas Empresas e de Agricultura Familiar de Mato Grosso, requerida pelo Deputado Thiago Silva, entregou um relatório da finalização dos trabalhos, que se encontra, vou deixar à disposição, aqui na Secretaria de Serviços Legislativo. Para aqueles que quiserem tomar conhecimento, está à disposição.

O Deputado Wilson Santos apresentou um Requerimento pedindo desarquivamento do Projeto de Lei 757/2021, para dar andamento. Eu não sei o que é... Eu quero ouvir o Plenário.

Se o Deputado Wilson Santos puder explicar o que é esse Projeto... Cadê o Deputado Wilson? Não está no Plenário.

Para colocar para votar nós temos que saber pelo menos o que é o Projeto.

Então, o Deputado Wilson Santos não está aqui, vou deixar para depois de nos passar informações.

Requerimentos apresentado pela Deputada Janaina Riva, todos solicitando informações, das lideranças partidárias, Deputado Lúdio Cabral, Deputado Thiago Silva, Deputado Wilson Santos, Deputado Valdir Barranco, Sebastião Rezende, novamente mais uma do Deputado Valdir Barranco.

Em discussão...

Para discutir, o Deputado Diego Guimarães...

(O SR. DEPUTADO DIEGO GUIMARÃES FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.).

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Ok. Então, não e sobre isso.

Encerrada discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovados. Vão ao Expediente.

Questão de Ordem, o Deputado Diego.

O SR. DIEGO GUIMARÃES - Senhor Presidente, é apenas e tão somente, e fiz uma fala já sobre a CPI da telefonia, ao ensejo, então, em tempo, peço a vossa excelência, e está chegando em suas mãos agora, com todas as assinaturas necessárias, com justificativa de pronto, para a instauração da CPI da telefonia e peço a vossa excelência que dê o andamento necessário, conforme o Regimento Interno desta Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Ok.

Daqui a pouco eu vou fazer o anúncio sobre a CPI do Sintep.

Eu peço aos Deputados que são interessados, eu vou anunciar a decisão sobre a CPI do Sintep, Deputado.

Requerimento do Deputado Wilson Santos, requerendo uma Audiência Pública para o dia 16 de março, às 14h, para discutir desdobramento da expedição fluvial do Rio Cuiabá.

Secretaria de Servi Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Vai ao Expediente.

Uma Questão de Ordem. Requerimento ao Plenário não é possível fazer aqui via Requerimento dessa forma. O Deputado tem que encaminhar o Requerimento e nós analisamos aqui se liberamos ou não.

Isso é uma prerrogativa do Presidente e não do Plenário.

Então, eu encaminho para análise da Presidência.

Requerimento do Deputado Lúdio Cabral, requerendo Audiência Pública na sala de Comissões para o dia 9 de março, às 9h.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Vai ao Expediente.

Deputado Wilson Santos e Eduardo Botelho, para uma Audiência Pública também, no Auditório Milton Figueiredo, para debater a criação implantação no roteiro turístico religioso ecológico, caminho de Santana, percurso Chapada dos Guimarães a Cuiabá.

Em discussão. Encerrada discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Vai ao Expediente.

Câmara Setorial Temática...

Em relação à Câmara Setorial, eu quero dizer para vocês o seguinte: os assuntos que forem inerentes às Comissões Permanentes não. O Regimento diz que não se pode criar Câmara Setorial.

Se já existe uma Comissão permanente, não tem sentido você criar. Então, eu vou encaminhar para CCJR para ela analisar se existe fundamento nesses pedidos.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

TRANSCRIÇÃO DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2023, ÀS 10H12MIN.

Setorial temática vai para lá.

Criação de frente parlamentar... Tem os mesmos requisitos, vou encaminhar também para a CCJR, para ela emitir parecer se existe legalidade nessa criação.

Deputado Doutor Eugênio... Também está querendo uma Câmara Setorial. Eu também encaminho para a CCJR para ela dar o parecer se existe legalidade.

Assembleia Itinerante requisitada pelo Deputado Dr. João, uma Sessão Especial para o dia 12 de maio, em Tangará da Serra.

Isso aqui também, Deputado Dr. João, a Assembleia Itinerante é uma função da Mesa Diretora, mas eu vou colocar para votar em respeito ao senhor, ao trabalho do senhor, e o Plenário decide.

Então, em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Vai ao Expediente.

Nós vamos fazer essa itinerante em Tangará da Serra.

Sessão Especial... Isso pode. Pode utilizar o Plenário para Sessão Especial para a entrega de títulos e honrarias. Solicitada pelo Deputado Wilson Santos, para o dia 5 de maio.

Em discussão. Encerrada discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Vai ao expediente.

Requerimento apresentado pelo Deputado Diego Guimarães, instalando uma CPI para discutir a telefonia móvel em distritos, logradouro e tal.

Eu vou encaminhar para Procuradoria para analisar se tem os requisitos, porque assinaturas tem. Então, eu vou encaminhar a Procuradoria.

Em relação a CPI do Sintep, eu encaminhei para Procuradoria, a Procuradoria fez um extenso relatório de justificativa, não vou ler todo esse relatório, é muito extenso, vou ler apenas o Parecer que nos interessa.

Dá conclusão.

Secretaria de Servic Tem todas as justificativas, que eu vou apresentar aqui, vocês vão analisar e vão ver.

"Diante do exposto, opinamos pela ausência de requisitos constitucionais no termo do Requerimento apresentado para a criação da CPI do Sintep".

Então, eu, como Presidente, encaminho para arquivamento.

Em discussão...

Para discutir, o Deputado Cattani.

O SR. GILBERTO CATTANI - Senhor Presidente, bom dia!

Bom dia a todos.

Como autor do Requerimento, senhor Presidente, eu acho... Não vou aqui discutir os méritos técnicos, mas esta Casa tem todo o direito, pelo seu Regimento, de fazer uma investigação em qualquer entidade que envolva funcionários públicos, servidores públicos.

Mas, enfim, senhor Presidente, é um direito também do Parlamentar, através do Regimento desta Casa, que faça um Requerimento para que se leve ao Plenário e passe pela votação dos pares.

Desta forma, nós fizemos isso com o Secretário e gostaria de passar a sua apreciação, para que a gente possa contestar, diante do Regimento da Casa, a decisão da Procuradoria, e coloque em votação para que os pares possam decidir essa situação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Vamos ver aqui.

Assembleia Legislativa - Requerimento.

A Comissão Parlamentar de Inquérito, no § 1°, será constituída automaticamente, encaminhada ao Presidente...

"Recebido o Requerimento, o Presidente, no prazo de 48 horas, despachara a publicação, desde que satisfeitos os requisitos.

O Presidente deixará de receber o Requerimento que desatender os requisitos Regimentais, cabendo ao autor recurso para o Plenário, no prazo de cinco dias..."

Ok. Então, cumprindo no Regimento, o senhor tem, sim, esse direito.

Eu vou encaminhar...

O senhor encaminha o Requerimento, eu vou encaminhar para Comissão de Constituição e Justiça para ela analisar, depois, pelo que eu entendi no Regimento, vou dar uma olhada melhor, eu teria que reapresentar ao Plenário. Ok?

Deputado Cattani, pode falar.

O SR. GILBERTO CATTANI - Nós estamos com o Requerimento pronto, senhor Presidente. Se senhor quiser colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Não. Eu tenho que, pelo Regimento, encaminhá-lo para a Constituição e Justiça votar. Depois encaminharei para o Plenário.

O SR. GILBERTO CATTANI - Entendi. Eu entrego ao senhor...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Pode dar entrada nele aqui, depois eu vou seguir o trâmite Regimental, encaminhar para CCJR e depois...

O senhor já está com ele pronto? Traz aqui e já vou encaminhar para a Comissão, CCJR, para ela analisar e disponibilizar para a próxima Sessão Ordinária.

Ok. Encaminho este Requerimento para a Comissão de Constituição e Justiça para disponibilizar na próxima Sessão para a votação.

O SR. GILBERTO CATTANI – Obrigado, senhor Presidente.

Agora eu sei que o senhor é realmente um escravo do Regimento. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Eu quero saber se nós temos número suficiente para votar essa PEC, Dilmar.

Deputado Dilmar.

(DIÁLOGOS SIMULTÂNEOS FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.).

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Em 2ª votação...

Assembleia Legislativa

Novamente eu peço para ao Deputado se para Projeto de Lei Complementar nós temos número para votação.

Zé, não tem número suficiente.

Projeto de Lei nº 80/2019, do Deputado Valdir Barranco, que dispõe sobre as normas para divulgação na taxa de juros do comércio das vendas a prazo e no crédito ao consumidor. O Parecer é favorável da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, bem como da Comissão de Constituição Justiça e Redação, acatando a emenda nº 01. (EM 2ª DISCUSSÃO)

Em discussão. Encerrada discussão. Em votação, os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Vai à Redação final.

Projeto de Lei 769/2019, do Deputado Wilson Santos, que institui o Programa Redação modelo. O Parecer é favorável da Comissão de Constituição Justiça e Redação. (EM 2ª DISCUSSÃO)

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Vai ao Expediente

Projeto de Lei 1.006/2019, do Deputado Wilson Santos, que confere ao município de Chapada de Guimarães o título de Capital Estadual da Geodiversidade.

(EM 2ª DISCUSSÃO – PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.).

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Vai ao Expediente.

Eu quero fazer uma consulta aqui para vocês.

As Comissões ainda não estão funcionando e nós praticamente não temos Projetos aqui para serem votados.

Vocês querem fazer a Sessão da tarde hoje? É regimental. Teria que fazer. Se vocês quiserem... Se não, fazemos todas elas agora, encerramos e passamos para a hora em que tivermos projetos disponíveis, já passados pelas Comissões.

Deputado Wilson Santos, por favor, dê sua opinião.

O SR. WILSON SANTOS - Presidente, não havendo Pauta, não havendo Ordem do Dia, não temos como fazer Sessão.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Sessão tem. Pode vir aqui, pode discutir, tem o Pequeno Expediente.

O SR. WILSON SANTOS - Mas geralmente a matéria orgânica da Sessão é a Ordem do Dia, não é? Se não há Projetos, abriremos só para o Pequeno e Grande Experiência?

Essa que é a pergunta, Presidente.

O SR. THIAGO SILVA - Questão de Ordem, senhor Presidente.

Nós temos uma programação para amanhã para a realização das reuniões para eleger os Presidentes das Comissões. Nós poderíamos antecipar para hoje à tarde as reuniões dessas Comissões.

Então, deliberamos tudo que temos de Projeto nesta Sessão de agora e à tarde nós anteciparmos as reuniões que estão programados para amanhã.

Muito obrigado.

Secretaria de Servi O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Quem concorda com a proposta do Deputado Thiago permanece como está, quem não concorda se manifestem. Então, está aprovada.

A tarde fica liberado para as Comissões se instalarem e para as escolhas dos Presidentes.

Projeto de Lei nº 1.100/2019, do Deputado Valdir Barranco, que torna obrigatória a apresentação de um plano de uso de água no Estado de Mato Grosso. O Parecer é favorável da Comissão de Constituição Justiça e Redação.

Em discussão...

Para discutir, o Deputado...

Esperem. Diego, Cláudio e depois Wilson Santos.

O SR. DIEGO GUIMARÃES - Presidente, na verdade, até pedindo licença ao Deputado Valdir Barranco, pelo fato de o Projeto já estar em 2ª votação, e se a Mesa assim o permitir, eu vou discutir e também vou ao final pedir vista.

Esse Projeto de Lei, extremamente importante a preocupação do Deputado Valdir Barranco, creio que nas melhores das intenções, tentando obrigar tanto entes públicos como privados, e ele coloca uma cubagem, salvo engano, um milhão de litros de água, que tenha que apresentar um plano de uso de água no Estado do Mato Grosso, contudo, nós temos que pensar em quem está lá na ponta, quem vai ser afetado por essa Lei, e me preocupa muito os empreendimentos públicos, principalmente privados, indústrias, que inclusive a Lei coloca que caso não cumpra essa Lei a SEMA poderá suspender a licença ambiental do empreendimento.

Então, isso é muito grave, eu acho que é uma medida drástica e podíamos discutir um pouco mais.

Peço mais uma vez licença ao Deputado Valdir Barranco, é um Projeto de Lei apresentado em 2019, quando ainda não estava aqui, talvez teria feito contribuição anterior e não só agora em 2ª votação.

Então, senhor Presidente, se possível, Presidente Botelho, eu gostaria de pedir vista desse Projeto.

Presidente... Senhor Presidente... Zé... Presidente, se possível eu peço vista desse Projeto.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Sim. Ok.

Deputado Cláudio.

O SR. CLÁUDIO FERREIRA - Senhor Presidente, embora o Projeto esteja em 2ª votação, gostaria de pedir licença ao Deputado do PT, o Barranco, mas peço aos senhores Deputados que se posicionem contra esse Projeto.

Esse Projeto é um Projeto intervencionista, que cria mais burocracia, mais regulação e mais controle estatal.

Nós não podemos, senhores Deputados, usar este Parlamento, a Casa de Leis, para constituir lei contra o empreendedor, para constituir lei contra a livre iniciativa, para constituir lei contra quem quer correr risco em busca de alguma vantagem lícita, nós não podemos constituir leis aqui contra o indivíduo.

Nós temos uma grande oportunidade em Mato Grosso, nós temos uma economia lastreada no agronegócio, que representa muito bem o livre comércio, que representa muito bem a livre iniciativa e nós não podemos dar uma ré no Estado de Mato Grosso, ao contrário, nós devemos colaborar com quem quer gerar riqueza, com quem quer gerar oportunidade de emprego.

Notem bem, senhores Deputados, que esse Projeto cria mais burocracia do que nós já temos.

Já existe o licenciamento ambiental, que trata inclusive dessas questões.

Secretaria de Servic Nós vamos novamente, se esse Projeto for aprovado, criar burocracia e mais despesa para o pagador de impostos. Nós vamos inviabilizar alguns negócios, como, por exemplo, uma borracharia, um lava-jato.

Eu quero pedir aos senhores Deputados: vamos derrubar esse Projeto intervencionista do Deputado Barranco, com todo respeito, em 2ª votação, mas precisamos contribuir com o combate à pobreza no Brasil e no Mato Grosso e o combate à pobreza passa pelo respeito a quem produz riqueza.

Se nós não respeitarmos aqui quem produz riqueza, o borracheiro, o dono da padaria, o dono de mercado, se nós não estimularmos a livre iniciativa, nós vamos perder uma grande oportunidade de transformar o Estado de Mato Grosso em uma ilha de justiça... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais um minuto.

O SR. CLÁUDIO FERREIRA - Em uma ilha de justiça e prosperidade para todos. Um grande abraço. Deus continue abençoando.

O SR. VALDIR BARRANCO – Peço a palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Valdir Barranco.

O SR. VALDIR BARRANCO - Senhor Presidente, eu até admito que o Deputado que acaba de falar aqui acaba de ingressar neste Parlamento e ainda não leu o nosso Regimento.

Então, Deputado, eu quero só lhe comunicar que após o pedido de vista concedido não cabe mais discussão da matéria.

O Deputado Botelho, escravo do Regimento, concedeu vista ao Deputado Diego.

Portanto, ele foi, como sempre, muito cavalheiro, muito gentil, e permitiu que vossa excelência pudesse fazer a discussão da matéria aqui.

Mas que isso não se repita.

Após um determinado Deputado pedir vista da matéria, cessou o debate.

Então, vamos aguardar agora a devolução do pedido de vista no prazo regimental e na Sessão em que este Projeto estiver novamente em Pauta nós faremos a discussão.

E é muito pertinente a discussão, até porque, pelo que vossa excelência falou aqui, vossa excelência não vive nesse mundo, nesse mundo em que o planeta clama por sustentabilidade, em que o planeta clama pelo respeito aos recursos naturais, em que o planeta clama para que todos os dias nós possamos fazer exercícios para diminuir o aquecimento global, em que o planeta inteiro clama e faz campanhas para que nós possamos fazer uso racional da água.

Mas nós vamos discutir isso na oportunidade em que esse Projeto retornar aqui.

Tenho certeza de que a maioria desses Deputados estão absolutamente sintonizados com o que está acontecendo no planeta, que tanto clama por tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Presidente, só um minuto.

Esse tema água é um dos mais importantes temas que nós devemos nos debruçar nos próximos quatro anos aqui.

Nós da Baixada Cuiabana não temos um aquífero, nós não temos um aquífero, como Campo Grande tem, Rondonópolis, Campinas, São Paulo.

Só nos resta aqui, Governador Júlio Campos, cuidar das águas superficiais. Se nós não tivermos cuidado em relação a isso...

O Deputado Cláudio tem razão e o Deputado Valdir Barranco também. E o nosso papel aqui é justamente intermediar isso, encontrar um denominador comum, de maneira que não prejudica a iniciativa privada, mas também que não acelere o consumo desse produto fundamental para sobrevivência de animais e seres humanos.

O Pantanal mato-grossense vive um processo de desertificação.

No ano passado algumas baias aqui em Barão de Melgaço, que nunca tinham secado,

secaram.

Estou chegando de uma expedição de cinco dias no Rio Cuiabá, das suas cabeceiras do Cuiabá do bonito, Cuiabá da larga, Cuiabazinho, Manso, navegamos por 670km, e vamos apresentar aqui aos senhores e à senhora Deputada em breve um diagnóstico da condição do Rio Cuiabá. E nós voltaremos com essa expedição no período da seca.

Então, não quero emitir opinião sobre o Projeto do Deputado Valdir Barranco, sei que é um Deputado esmerando naquilo que faz, cuidadoso nos seus projetos, campeão de proposituras nesta Casa, não quero de forma nenhuma.

Mas é um tema, Deputado Diego Guimarães, um tema extremamente delicado para Mato Grosso.

Governador Júlio Campos, já há sinalizações e que se nós continuarmos no nível de desmatamento em Mato Grosso, em 2032 nós só produziremos uma safra anual - de três safras, nós reduziremos a uma safra.

Então, todos nós, urbanos, rurais, produtores, ou não, temos interesse nessa matéria.

E eu sugiro aos colegas Deputados que possam pedir cópia desse Projeto aqui na semana que vem, logo após o Carnaval e possamos debater com conhecimento essa matéria porque ela é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Na verdade, é o seguinte: o Deputado Valdir Barranco está correto. Mas, como eu já tinha deixado um falar, então, estou liberando para todos falarem na discussão. Está bom?

Para discutir, o Deputado Cattani.

O SR GILBERTO CATTANI – Obrigado, senhor Presidente.

Quando eu era ainda criança eu escutava dizer que em 2020 a Amazônia toda seria um grande mar de areia e hoje nós vemos a Amazônia quase como quando Adão e Eva estavam nesta terra.

Eu quero aqui me solidarizar com o Deputado Cláudio Ferreira e dizer, Cláudio, que você nas poucas vezes que se pronunciou nessa tribuna se pronunciou com coerência e com muita sabedoria.

Desta feita, o senhor está defendendo o setor produtivo, que produz, que gera emprego, que gera renda.

Esse, sim, clama constantemente por desburocratização do sistema, Deputado Júlio, ele clama por desburocratização e não por mais e mais burocratização e dificuldade do seu trabalho, do seu labor diário.

Eu quero, senhor Presidente, lembrá-lo que o Deputado Diego Guimarães disse que iria pedir vista, mas ele fez o seu discurso e não pediu vista ao final do discurso.

E também, senhor Presidente, o senhor deve recordar que o senhor não deu a vista ao Deputado Diego Guimarães. O senhor não falou na tribuna: "passo a vista para o Deputado Diego Guimarães".

Por isso seguiram as discussões aqui e o Deputado Cláudio Ferreira está coberto de razão de vir aqui discutir porque a vista não foi dada.

E um Deputado que está aí quase, mais do que a idade que nós temos dentro desta Casa, vem querer ensinar o senhor sobre o Regimento.

Secretaria de Servi Mas o senhor estava correto, porque a vista não foi cedida.

O SR. DIEGO GUIMARÃES – Um aparte, Deputado.

O SR GILBERTO CATTANI - Vou passar o aparte ao Deputado Diego.

O SR. DIEGO GUIMARÃES - Só para complementar, se eventualmente - eu não me recordo ao certo -, se eu pedi vista, eu retiro o pedido de vista.

O SR GILBERTO CATTANI – Ok. Assim, segue a discussão.

Da minha parte, eu só queria fazer esse comentário e pedir aos pares que realmente não prejudiquem ainda mais o setor que gera emprego e renda com burocratização de leis que já existem, no controle da água e na conscientização das pessoas.

Eu voltarei contra esse Projeto.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - O Deputado Diego Guimarães desistiu da vista, Deputado Barranco.

O SR. WILSON SANTOS - Mas eu quero pedir vista, Presidente. Wilson Santos. Peço vista desse material, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – *Ok.* Então, conceda vista para o Deputado Wilson Santos.

Os demais desistiram da vista.

Então, o Deputado Dilmar volta a pedir vista de novo. Ele tinha devolvido à vista.

Então, eu concedo vista ao Deputado Wilson Santos, ao Deputado Dilmar e ao Deputado Cattani.

O Deputado Lúdio Cabral apresentou um Requerimento convocando o Secretário Basílio...

Não estou entendendo. Você está colocando os dois, o Basílio e o Controlador Geral do Estado, senhor Paulo Farias, para comparecer na Assembleia no dia 27 de fevereiro de 2023, às 9h?

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Pela Ordem, senhor Presidente.

Apenas para solicitar a vossa excelência que eu gostaria de ter a vista compartilhada desse Projeto, a vista pedida pelo Deputado Wilson Santos.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – *Ok.* Eu concedo a vista compartilhada também ao Deputado Sebastião.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Para discutir, o Deputado Beto Dois ao Um.

O SR. BETO DOIS A UM - Senhor Presidente, colegas, Deputado Lúdio, eu acho que cabe que a gente faça o convite ao Secretário Basílio para que venha. Não tem nenhum tipo de objeção. Ele tem uma relação muito respeitosa com esta Casa.

Agradeço.

Presidente, mudança para convite.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) — Então, está feita aqui uma mudança para o convite.

Esse aqui é para discutir aquela questão do desconto, não é, Deputado?

Eu, particularmente, tenho uma posição contrária ao que o Secretário Basílio está pretendendo fazer. Eu acho que tem, sim, que discutir e esta Casa tem que participar.

O Estado recebe, não custa, não é grande prejuízo ajudar os sindicatos.

Matar os sindicatos, enfraquecer os sindicatos, não é um caminho bom para ninguém, nem para a democracia, nem para... É importante os sindicatos participarem, sim, de todas as discussões.

Secretaria de Servi Essa é minha posição como Deputado. Agora eu sigo o que a maioria desta Casa decidir.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Presidente, questão de Ordem.

Vossa Excelência deu sua opinião. Também sou da mesma opinião.

Quando você... Até falei ao Deputado Lúdio Cabral, quando você faz qualquer autorização no banco ela é permanente, desde que você não queira mudar.

O Secretário Basílio está seguindo uma orientação da CGE. Há seis meses já está pedindo, como se fosse um recadastramento da Controladoria Geral do Estado para que o servidor oficialize novamente.

Então, o Secretário vai vir aqui falar exatamente o que a CGE sugeriu a ele. Por isso que o Deputado Lúdio mudou também, para trazer o controlador da CGE para estar junto com Basílio.

Então, é um recadastramento. Assim o Basílio me explicou.

Mesmo assim o Deputado Lúdio manteve o Requerimento.

Nós vamos respeitar com toda certeza. Como a Assembleia aprovou, os dois vão vir aqui convidados pela Mesa Diretora.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Obrigado, Deputado Dilmar, bem esclarecido em tempo.

Deputada Janaina.

A SRª JANAINA RIVA - Eu só quero reforçar, Presidente, que é importantíssima a participação dos sindicatos.

Concordar ou não com a pauta que é trazida pelos sindicatos é uma coisa. Agora querer acabar com o sindicato é algo muito diferente, que prejudica muito a democracia e a representatividade dos servidores de Mato Grosso como um todo.

Então, é muito bom, sim, que o Secretário venha, porque nós não vamos aceitar qualquer tipo de perseguição aos sindicatos.

Inclusive como nós temos nesta Casa, da mesma forma, Deputado Cattani, feito um trabalho com as associações, por exemplo, de produtores rurais, que nós também não aceitaremos perseguição.

Então não pode a bel-prazer do gestor fazer qualquer ato que tem o intuito de representar aqueles que são escolhidos pela sociedade para falar por uma classe, seja servidor público, seja o professor, seja ele o advogado, como a OAB, que tem portas abertas aqui e tem nosso auxílio, seja uma Aprosoja.

A Assembleia não pode aceitar isso.

Todos têm que ter voz e temos que ter direito à fala para representar aqueles que são iguais a ele. E daí nós Deputados julgarmos, pauta a pauta, qual é a nossa posição política. Mas fazer com que sejam impedidos de serem representados é algo muito preocupante.

Não se levanta, de um dia para outro, em 15 dias, Presidente, nova ficha de 3.500 inscritos, como é o caso do Sindicato da Saúde, Deputado Cláudio. É demorado mesmo, até porque muitos são do interior.

O que aconteceu agora com a saúde? Ela teve 15 dias, a presidente do sindicato estava aqui agora há pouco e falou: "nesses 15 dias eu consegui levantar 800. Se me der mais um prazo, eu posso tentar conseguir todos".

Mas ela tem o aceite de todos que ela enviou. Agora atualizar ficha?

Qual documento, Presidente Botelho, que se atualiza todo ano?

Você não atualiza a sua habilitação, você não atualiza o seu CPF, você não atualiza. Então, é livre a manifestação.

Eu, Janaina, estou filiado ao MDB. Se eu não quiser filiar amanhã, eu me desfilio. Agora eu não preciso todo ano reiterar a minha filiação.

Então, é algo muito simples esse processo.

E a Assembleia tem que agir, como a gente tem agido por todos. Então, não tem diferenca: ah, é Sindicato... Não. Nós defendemos a associação também.

Queriam fazer as mesmas coisas às associações, umas tratativas de grandes produtores que queriam tirar a representatividade das associações.

Assembleia não aceita. E não vamos aceitar também, da mesma forma, que seja feito isso com os sindicatos.

Então, o Secretário Basílio é bem-vindo. Venha até aqui e nos ajude a resolver. Como a CGE, que é órgão do Estado, também precisa nos ajudar a resolver.

A gente não pode ficar também, Presidente Botelho, a Procuradoria mandou, a CGE mandou. Aqui não tem burro. Nós sabemos bem como funciona isso.

Então, nós vamos agir para defender a população como um todo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Ok.

Deputado Paulo Araújo.

O SR. PAULO ARÁUJO - Presidente, escutando? A internet está oscilando.

Para discutir o Requerimento do Deputado Lúcio Cabral e manter uma posição aqui, reforçando as palavras da Deputado Janaina com relação ao Secretário Basílio.

Eu entendo que o Basílio deve... O Requerimento de convocação deve prevalecer.

O Secretário Basílio em todos os momentos têm, na minha avaliação, em todos os momentos, não em um, não é pontual, em todos, ele atuou para criar uma distância muito grande de relacionamento com os servidores públicos do Estado de Mato Grosso. Ele sempre atua de forma direta para que, infelizmente, os servidores públicos fiquem fora de todas as tomadas de decisões que o Governo do Estado vem realizando com relação aos servidores públicos. E isso dele é uma tentativa justamente de enfraquecer ou sindicatos. Em todos os momentos, nunca, nunca criou ponte com os servidores públicos, sempre dificultando essa relação. E como ele é Secretário e tem uma relação próxima com o Governador termina influenciando o Governador de forma negativa a propor ações que infelizmente vão de encontro aos interesses dos serviços públicos.

Então, é um Secretário que a gente tem que trazer aqui mesmo. Nós temos que dar pressão no Secretário porque ele é o Secretário que, infelizmente, organiza motins contra os servidores públicos do Estado de Mato Grosso.

Nós precisamos trazê-lo aqui para que, não só nesse tipo de assunto, na questão da previdência também, foi um dois Secretários que estava lá mantendo posição contra a isenção dos aposentados e pensionistas.

Então, ele acha que com a posição, e ele é servidor público do Estado, ele acha que com essa posição ele consegue fazer gracinha em cima dos servidores públicos.

Então, eu defendo, sim, o Requerimento do Deputado Lúdio, não que ele esteja convidado, é Requerimento, que ele esteja aqui obrigatoriamente para poder tirar essas dúvidas, não só essas, porque outras eu vou fazer também, vou fazer outros Requerimentos para que o Secretário Basílio esteja aqui na Casa de Leis, porque ninguém consegue falar com ele, nenhum sindicato, nenhuma associação.

Então, ele precisa vir aqui, nobre Presidente. A Assembleia Legislativa precisa ser o juiz desse processo envolvendo o conjunto dos servidores públicos.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Thiago Silva.

Secretaria de Servi O SR. THIAGO SILVA - Senhor Presidente, eu gostaria aqui de fazer coro aos colegas Deputados, quanto à necessidade da convocação do Secretário.

Nós recebemos hoje de manhã a Carmem, que é do Sindicato dos Profissionais da Saúde, dos servidores da saúde, e vários membros do sindicato mostraram a indignação quanto a esse pedido da Secretaria de Planejamento da relação dos filiados ao sindicato.

Ora, senhor Presidente, o próprio Governo tem a relação desses filiados, porque para fazer o repasse para o sindicato o Governo precisa fazer o débito na conta, aquele percentual que os servidores pagam para o sindicato.

E aí fica a nossa preocupação porque nesse documento que foi encaminhado ao sindicato há já uma informação de que será feito, caso o sindicato não repasse, o corte desse recurso que está sendo debitado da conta dos servidores - não será repassado para o Sindicato dos Profissionais da Saúde.

Então, fica aqui também a nossa preocupação, o nosso protesto, para que realmente o Secretário venha aqui e esclareça essa situação que foi colocada pelo Sindicato dos Servidores da Saúde do Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Sargento Elizeu.

O SR. ELIZEU NASCIMENTO - Senhor Presidente, senhores Deputados, TV e Rádio Assembleia.

Senhor Presidente, venho também compactuar aqui com as palavras dos colegas Deputados, Deputado Thiago, Deputado Paulo Araújo, ambos também servidores.

Como servidor público também defendo que o Secretário Basílio venha a esta Casa prestar esclarecimentos quanto a essa situação e também algumas outras que muitas vezes o Secretário tem deixado ausente de informações aos Deputados quando assim o procuram.

Infelizmente nós temos uma situação com uma quantidade pequena de policiais militares que ficaram numa questão de desconto em suas folhas - esse pedido já fizemos acho que aproximadamente umas oito vezes e até o presente momento não obtivemos resposta.

Não é justo descontar alguns valores de uns oito militares, enquanto toda aquela turma de militares já foram ausentes (sic) desse desconto.

São situações que muitas vezes acabam nos distanciando de Secretários, a exemplo do próprio Secretário Basílio, que tem se ausentado dessas questões.

Há outras questões também que a gente defende que o Secretário Basílio possa ser até um pouco mais claro conosco, porque existem alguns projetos polêmicos e, tendo representatividade nesta Casa, acabam sendo colocados exclusivamente como decreto e nós Deputados, às vezes é algo que não contempla toda uma parte de servidores públicos, acabamos ficando sem informações e sendo questionados. E sabemos muito bem que esses projetos, essas benfeitorias, assim vamos dizer, são elaboradas diretamente, exclusivamente, pelo Secretário Basílio, encaminhado para ser colocado como decreto, ludibriando assim a Assembleia Legislativa que muitas vezes não tem ciência do que tem ocorrido.

Portanto, iremos aqui fazer alguns posicionamentos para que o Secretário possa ser um pouco mais claro e mais transparente em alguns pedidos que são feitos por alguns alto escalão dos servidores públicos, mas não contemplando o baixo escalão, que é aquele... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Um minuto.

O SR. ELIZEU NASCIMENTO - É aquele que carrega o piano mais pesado, como é o caso da nossa instituição Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Estado de Mato Grosso.

Secretaria de Servic Meu muito obrigado.

Meu muito obrigado. O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Cattani.

O SR. GILBERTO CATTANI - Para discutir, senhor Presidente.

Obrigado pela oportunidade.

Senhor Presidente, eu quero aqui reforçar tudo que já foi falado, principalmente pela Deputada Janaina.

Eu também acredito que toda organização da sociedade civil, seja através de sindicatos, ou de associações, é de suma importância para defender as questões em cada classe, os interesses de cada classe - esse é o objetivo dessas organizações.

O Secretário com certeza virá aqui esclarecer todos os pontos pertinentes a essa convocação feita por ele, que agora se torna um convite. Tenho certeza de que virá.

Mas, senhor Presidente, antes de você ver a associação como um todo, nós temos que ver a nossa Constituição Federal, as nossas Leis que regem o nosso País.

Nós sabemos que neste País existe um preceito de liberdade no Art. 5° e também existem Leis que normatizam que uma pessoa não é obrigada a filiar-se a nada, nem se manter filiado.

Quando você tem uma obrigação, ou uma coação, para que a pessoa faça o pagamento, como era o famigerado imposto sindical do passado, você tira a liberdade daquela pessoa. A pessoa tem, sim, que ter a liberdade de estar ali.

Nós temos relatos de pessoas que vêm até nós que às vezes não querem ser coagidas a isso, a participar de qualquer coisa que seja; e temos também relato de pessoas que mesmo depois de falecidas estão tendo desconto em folha.

Então, essas coisas todas têm que ser levadas à baila e o que o Governo está pedindo é somente um recadastramento.

Não vejo nada demais nisso, acho que um recadastramento sempre é feito quando necessário e quando apontado.

Então, senhor Presidente, quando o Secretário vier com certeza nós estaremos presente nessa reunião para poder dar também a nossa opinião.

Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Ok.

Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam o Requerimento de convite permanecem como estão. Os contrários se manifestem. (PAUSA) Aprovado. Vai ao Expediente.

Projeto de Lei nº 592/2020, do Deputado Wilson Santos, que reconhece como de relevante interesse cultural e como patrimônio material do Estado de Mato Grosso, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. O parecer da Comissão de Constituição Justiça e Redação é pela aprovação da matéria.

(EM 2<sup>a</sup> DISCUSSÃO)

Em discussão. Encerrada discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao Expediente.

Projeto de Lei nº 813/2020, que estabelece diretrizes estratégias para a divulgação, orientação e tratamento psicológico psiquiátrico para atendimento a pessoa acometida de sintomas de transtorno de stress pós-traumático, depressão, ansiedade, pânico e ao suicídio, associados ao isolamento e principalmente pós-covid. Parecer favorável da Comissão de Saúde e Assistência Social e da Comissão de Constituição Justiça e Redação, rejeitando o Projeto de Lei nº 210/2021.

(EM 2ª DISCUSSÃO – DE AUTORIA DO DEPUTADO EDUARDO BOTELHO)

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao Expediente.

Secretaria de Servi Projeto, de Lei nº 158/2021, Deputado Dr. João, que instituiu selo Pantanal Sustentável e dá outras providências. O Parecer é favorável da Comissão de Constituição Justiça e Redação.

Em discussão. Encerrada a discussão...

Cabe vista. Concedo a vista ao Deputado Gilberto Cattani de 5 dias.

Projeto de Lei nº 386/2021, do Deputado Max Russi, que confere ao município de Ribeirão Cascalheira o título de Capital Estadual do Pequi. O Parecer é favorável da Comissão de Constituição Justiça e Redação nos termos do Substitutivo Integral nº 1.

(EM 2ª DISCUSSÃO)

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao Expediente.

Projeto de Lei 394/2021, do Deputado Dr. Eugênio, que institui ação e enfrentamento ao feminicídio no âmbito do Estado de Mato Grosso. Parecer favorável da Comissão de Constituição Justiça e Redação resta prejudicado ao Projeto de Lei nº 1.184/2021 em apenso. (EM 2ª DISCUSSÃO)

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão, quem for contra se manifeste. (PAUSA) Aprovado. Vai ao Expediente.

Projeto de Lei nº 1.056/2021, do Deputado Dr. João, que institui o Programa Estadual de divulgação e prevenção e tratamento de Ceratocone. O Parecer é favorável da Comissão de Constituição Justiça e Redação.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Aprovado. Vai ao Expediente.

Projeto de Lei 81/2019, Deputado Valdir Barranco, que assegura o direito de privacidade aos usuários do serviço de telefonia no âmbito do Estado de Mato Grosso, que tange o recebimento de oferta de comercialização de produtos ou serviços por via telefônica e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e da Comissão de Constituição Justiça e Redação, nos termos do substitutivo integral nº 1, restando prejudicada a Emenda nº 1.

(EM 2<sup>a</sup> DISCUSSÃO)

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao Expediente.

Nenhum Projeto relevante e com urgência.

Vou votar aqui o Requerimento do Deputado Valmir Moretto.

Deputado Valmir Moretto está pedindo licença de 121 dias para tratar de assuntos particulares, a partir de 15 de fevereiro.

Em discussão...

O SR. DIEGO GUIMARÃES - Se me permite, senhor Presidente, só para cumprimentar o Deputado Valmir Moretto, nossa referência do Republicano neste Parlamento, companheiro de partido, e também o pastor Alex Sandro, que irá tomar posse.

Agradeço a receptividade que o Valmir Moretto teve nesses 30 dias comigo aqui, quase 30 dias aqui nesta Casa, nos preparando para a posse, agora já enquanto Deputado.

E que o Alex Sandro também possa, na mesma toada de vossa excelência, prestar um bom serviço a todo Mato Grosso e esse compromisso partidário que nós temos de fazer com que todos aqueles que estejam até determinado grau de suplência possa também exercer o mandato, porque o mandato não é do Diego, não é do Moretto, um partido foi quem conquistou essas duas cadeiras. Certamente a contribuição de todos aqueles que contribuíram com a nossa Chapa é importante que esteja aqui neste Parlamento.

Secretaria de Servic Então, parabéns e bom trabalho!

Eu sei que vossa excelência não está tirando licença para descansar, mas sim para trabalhar. Então, bom trabalho para vossa excelência também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok.

Então, encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam o Requerimento permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao expediente.

Requerimento apresentado pela Deputada Janaina Riva, tirando licença a partir de 15 de fevereiro para tratamento de assuntos particulares.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao Expediente.

Eu peço aos Deputados...

Vamos convocar o Deputado Suplente Silvano Amaral e o Suplente do Deputado Moretto, Alex Sandro, para possamos fazer uma...

Se não estiverem aqui, vou ter que fazer uma Sessão para dar Posse. Se estiverem, eu peço ao Deputado Moretto cordialmente, delicadamente, para o senhor sair do Plenário para dar Posse para o Suplente.

Eu não posso dar Posse com o senhor aqui dentro.

O Deputado Dilmar Dal Bosco está pedindo para votar a PEC.

Peço para contar e ver se tem número suficiente para votação de PEC.

Deputado Valdir, faça a contagem para nós.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

TRANSCRIÇÃO DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2023, ÀS 10H12MIN.

O SR. VALDIR BARRANCO – Presidente, eu vou fazer a chamada para ficar mais

fácil aqui.

Dilmar Dal Bosco? Está presente.

Carlos Avallone.

Botelho.

Júlio José de Campos. Está aí, Júlio.

Sebastião Rezende.

Paulo Araújo está remoto.

Beto Dois a Um.

Janaina Riva.

João José de Matos.

Juca do Guaraná está aí?

Thiago está presente.

Lúdio Cabral.

Valdir Barranco.

Wilson Santos.

Nininho, Diego.

Faissal.

O Thiago já está ali apostos.

Cláudio Ferreira.

Gilberto Cattani.

Dr. Eugênio está remoto - presente.

Max Russi.

Fábio Tardin.

Valmir Moretto.

Secretaria de Servic Presidente, 19 Deputados presentes. Assembleia Legislativa

O SR. DR. EUGÊNIO - Presidente Botelho.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Dr. Eugênio.

O SR. DR. EUGÊNIO - Só gostaria que o senhor registrasse, Presidente, que eu tenho uma Audiência no Fórum aqui de Água Boa agora às 13h30min, horário de Brasília, e eu tenho que estar lá. Eu gostaria que o senhor registrasse o meu voto, se for colocado em votação, favorável à PEC ambiental.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Por favor, Deputado Dr. Eugênio, mande uma mensagem no meu celular registrando o voto do senhor sim, a favor da PEC.

Então, tem 19, tem voto suficiente.

PEC nº 12/2022, Mensagem nº 172/2022, que altera e acrescenta dispositivo Art. 263 da Constituição do Estado de Mato Grosso. O Parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça, rejeitando a emenda nº 1.

Em discussão...

Para discutir, Deputado Lúdio Cabral.

(O SR. DEPUTADO CARLOS AVALLONE ASSUME A PRESIDÊNTE.).

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) — Três minutos para o Deputado Lúdio. Depois a gente vai aumentando para ele.

O SR. LÚDIO CABRAL - Senhor Presidente, o tempo regimental é de10 minutos. Nós não estamos mais na pandemia, não estamos mais em Regime Extraordinário aqui de Sessões. São 10 minutos.

Eu quero discutir com muita calma o conteúdo desta PEC, porque a Assembleia não pode, não pode, infelizmente, mais uma vez colocar o Estado de Mato Grosso nas páginas dos veículos de comunicação em todo o mundo ao aprovar, caso aprove, essa proposta completamente sem sentido de Emenda Constitucional que o Governador do Estado de Mato Grosso encaminhou para a Assembleia.

O que o Governador está propondo por meio desta PEC? Ele quer instituir um dispositivo constitucional que proíbe a criação de novas unidades de conservação no Estado de Mato Grosso e usa como argumento que não tem recursos para cuidar das unidades de conservação já existentes.

Essa proposta é absolutamente inconstitucional e incabível, porque não tem sentido um dispositivo constitucional que contraria aquilo que já está na Constituição, que é a possibilidade de os entes federativos criarem unidades de conservação. E não se pode usar o fato de os Governos não cumprirem seu dever de alocar orçamento para a gestão adequada das unidades de conservação o argumento para a proibição.

O Governador do Estado de Mato Grosso esteve no Egito na COP 27, propagando a defesa do meio ambiente no Estado de Mato Grosso, volta da COP e apresenta uma proposta de Emenda Constitucional para proibir a criação de unidades de conservação no Estado. É absolutamente contraditório esse movimento que o Governador faz.

Agora eu quero acrescentar um elemento novo nesse debate: é o mesmo Governador do Estado que vai a Brasília propor a estadualização de uma unidade de conservação Federal, que é o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães. E diz, ao propor a estadualização do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, que tem 200 milhões de reais nos cofres do Estado para investir no Parque da Chapada dos Guimarães.

Uai! Não é o mesmo Governador que encaminha para Assembleia Legislativa uma PEC proibindo a criação de unidade de conservação... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Mais três minutos para o Deputado.

O SR. LÚDIO CABRAL – Não é o mesmo Governador que quer proibir a criação de novas unidades de conservação no Estado porque diz não ter recurso para cuidar das já existentes? Não tem sentido.

Mato Grosso no dia 31 de agosto de 2022 tinha nos seus cofres 13 bilhões de reais de disponibilidade financeira.

O Deputado Avallone era Presidente da Comissão de Fiscalização do Orçamento no ano passado e o Secretário de Estado de Fazenda veio a Assembleia dizer que tinha em caixa, nas contas do Estado, 13 bilhões de reais, sem falar nos sucessivos saldos financeiros a cada fechamento de ano.

O Governador, ao elaborar o orçamento, não aloca recursos para cuidar das unidades de conservação, das áreas de proteção ambiental, dos parques estaduais, das reservas extrativistas, tendo recursos suficientes para fazer isso.

E quer proibir novas unidades de conservação?!

Infelizmente mais uma vez Mato Grosso vai para os organismos internacionais com essa contradição.

Logo agora que o Brasil volta a ter as portas abertas para o fundo Amazônia, para os recursos dos organismos internacionais, para investimento na proteção do meio ambiente e, portanto, para fazer a boa gestão e a criação de novas unidades de conservação no nosso Estado, para regularizar as atuais unidades de conservação.

Então, Mato Grosso vai mais uma vez no movimento contrário o que Pais está fazendo.

Vou acrescentar um outro elemento a esse debate, porque essa PEC é completamente extemporânea, ela não tem razão de estar tramitando sequer aqui no Parlamento, para além de ser absolutamente inconstitucional.

O Governo debate lá no Poder Executivo e encaminhará para Assembleia proposta tratando do Zoneamento Socioambiental do Estado de Mato Grosso e a proposta em debate no próprio Governo... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Mais dois minutos para o Deputado.

O SR. LÚDIO CABRAL - A proposta de Zoneamento em debate lá no Governo prevê a criação de novas unidades de conservação em Mato Grosso. Mais uma contradição.

Essa PEC é para isso, então? É para quando a proposta de zoneamento chegar à Assembleia Legislativa se alegar a impossibilidade de criação de novas unidades de conservação?

Então, faço aqui com veemência aqui a defesa do voto contrário a essa proposta de Emenda Constitucional.

E, Presidente, nós aprovamos hoje mesmo, Presidente, um Requerimento de Audiência Pública que eu propus, exatamente para debater o conteúdo da PEC, para que possamos, o Parlamento, o Poder Executivo, as entidades que representam a nossa população, o Ministério do Meio Ambiente, os organismos internacionais, debater as unidades de conservação em Mato Grosso e todas essas contradições, a contradição do Governador que vai à PEC dizer que defende o meio ambiente e na prática, ao encaminhar a PEC, não faz essa defesa, do Governador que quer estadualizar um parque nacional, que diz ter recurso para administrar esse parque, mas aqui diz que não tem recurso para cuidar das unidades de conservação.

Eu não quero nem entrar no debate de que nas bordas do Parque Nacional de Chapada há atividade de mineração de empresas com as quais o Governador do Estado tem relação.

Num momento histórico do nosso País em que nós voltamos a debater e ter diálogo com os organismos internacionais... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO) (O SR. DEPUTADO EDUARDO BOTELHO REASSUME A PRESIDÊNCIA.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Um minuto para o Deputado.

O SR. LÚDIO CABRAL - Dois minutos, Presidente, para completar os 10.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok. Dois minutos.

O SR. LÚDIO CABRAL - Em um momento que nós voltamos ter a oportunidade de debater as oportunidades de desenvolvimento econômico socioambiental a partir exatamente da valorização do maior patrimônio que nós temos que a nossa biodiversidade, porque em Mato Grosso a maior riqueza que nós temos é o patrimônio natural, é Amazônia, que ocupa a metade do nosso território; é o cerrado, que ocupa 43% do nosso território; é o Pantanal, que ocupa 7% do nosso território; é a nossa Amazônia, que tem características próprias, porque é de transição, não é Amazônia nada Amazonas do Pará de Roraima; são as nossas águas, porque em Mato Grosso estão divisores de águas no Planalto das mais importantes bacias hidrográficas da América do Sul, que é a Bacia do Amazonas e a Bacia do Prata, hoje ameaçadas porque perdemos em 35 anos metade da superfície coberta por água no nosso território.

Então, nós não podemos virar as costas para o futuro no presente e fazer discurso fácil lá fora para inglês ver, mas quando chega aqui dentro encaminha proposta que é para a destruição do meio ambiente, propostas inconstitucionais que não têm sentido nenhum.

Então, é isso, senhor Presidente, peco aos colegas Deputados...

Nós não precisamos votar essa PEC hoje, não precisamos, não há urgência para que essa PEC seja votada e nos realizaremos no dia 09 uma Audiência pública para debater o conteúdo... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Ok.

Para discutir, o Deputado Diego Guimarães.

O SR. DIEGO GUIMARÃES - Senhor Presidente, esse Projeto de Emenda Constitucional é extremamente relevante, importantíssimo, Deputado Cattani, importantíssimo!

Para além de impedir novas injustiças, essa Emenda Constitucional começará a fazer Justiça no Estado de Mato Grosso.

Preocupa-me muito a criação de unidade de conservação num discurso ambientalista, como do Deputado que me antecedeu, criando unidade de conservação dentro do escritório, no ar-condicionado, riscando o mapa do Estado de Mato Grosso e achando que está fazendo bonito.

Esquece-se, quem faz dessa forma, quem age dessa forma, que lá naquela terra muitas das vezes tem trabalhadores e trabalhadoras, desbravadores que fizeram este Estado pujante ser o que é, que foram com suas famílias há 20, 30, 40 anos atrás para o Norte, para o Noroeste, para o Araguaia, para o Sul do Estado de Mato Grosso, fazer este Estado ser a locomotiva da economia do Brasil.

Nós temos hoje 47 unidades de conservação, salvo engano, criadas no Estado de Mato Grosso, dessas, menos de 8% são demarcadas e foram desapropriadas.

Agora falar de Parque de Chapada dos Guimarães é fácil, Deputado Lúdio, com todo respeito.

Logicamente que Chapada dos Guimarães merece um tratamento especial. Não dá de fazer uma concessão de qualquer forma de um parque que tem um potencial turístico gigantesco para a Baixada Cuiabana, onde vossa excelência tem o reduto eleitoral, e precisa, sim, de muito investimento público no Parque de Chapada dos Guimarães.

Agora 200 milhões para fazer as apropriações necessárias para todas as unidades de

Agora 200 milhões para fazer as apropriações necessárias para todas as unidades de conservação do Estado de Mato Grosso é muito pouco. Não é nada! Duzentos milhões não é nada perto do que é necessário para fazer as desapropriações, que devem ser feitas, e que durante muito tempo neste Estado, Governos que passaram, inclusive com o apoio do Partido dos Trabalhadores, fizeram unidade de conservação neste Estado, inclusive pensando em especulação imobiliária, pensando em prejudicar A, pensando em prejudicar B, riscando o mapa dentro de salinhas, no arcondicionado, sem conhecer a realidade do povo que está sofrendo lá na ponta.

Então, também reconstruindo uma inverdade que foi dita aqui, diz que proíbe. Não proíbe. Condiciona até que se regulamente, que se faça as desapropriações necessárias de 80%.

É até uma condição. Vamos atender e recomendo aos Deputados que são contrários a essa emenda que destinem suas emendas parlamentares para que a gente possa, o Governador possa, o quanto antes, fazer as indenizações necessárias.

Essa emenda, Presidente, vai trazer estabilidade para o Estado de Mato Grosso, segurança jurídica, principalmente no campo, principalmente àqueles que mais precisam, principalmente àqueles que estão focados em produzir.

De nada adianta, Deputado Lúdio, criar unidade de conservação, só que lá dentro continua ... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Dois minutos para o Deputado.

O SR. DIEGO GUIMARÃES - Criaram unidade de conservação no papel, mas lá na ponta o Estado não fez a desapropriação, lá na ponta o Estado não demarcou, lá na ponta o Estado não indenizou o cidadão e continua produzindo gado, daí é o gado ilegal, daí a agricultura ilegal, que

não pode ser vendida, há uma dificuldade e não é algo que gerou após a criação da unidade de conservação, já tinha anteriormente, mas pela irresponsabilidade de alguns, muitos estão pagando hoje.

Nós não podemos fazer com que essa irresponsabilidade se perpetue e que aconteça novamente no futuro como nessas 47 que já existem no Estado de Mato Grosso.

Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputada Janaina Riva.

A SR<sup>a</sup> JANAINA RIVA – Presidente, eu gostaria de reforçar o que foi dito pelo colega Deputado Diego Guimarães.

É muito fácil se falar em criação de reserva sem levarmos em consideração o impacto social que as novas reservas têm trazido para o Estado de Mato Grosso.

Mato Grosso só é hoje tido como o Estado desmatador, porque se criou reservas absurdas em locais que não tinham a mínima aptidão para tal, um exemplo claro: Resex Guaiba Roosevelt, em Colniza. O tamanho da reserva é impossível um Estado fiscalizar, a não ser que nós pegássemos todos hoje, todo o nosso efetivo da Segurança Pública de Mato Grosso e colocássemos lá. E nós estamos falando de locais com dificuldade de acesso, de infraestrutura.

As reservas, os parques, as demarcações indígenas têm sido um retrocesso para Mato Grosso.

O índio não quer uma grande propriedade de terra para viver, ele quer dignidade para viver.

Maior do que o patrimônio natural ambiental de Mato Grosso é o nosso patrimônio de seres humanos.

Nós estamos em um Estado que ainda Estado rico para poucos.

E para isso nós precisamos crescer e desenvolver naquilo que temos aptidão, que é o que? Agricultura e pecuária.

Secretaria de Servi Nós precisamos continuar a desenvolver este Estado sem esse assombro de novas reservas.

A todo o momento que se entra nessa discussão... Aliás, não podemos nem falar que o Estado cria reservas, o Estado toma terras. Aconteceu isso no passado e ninguém foi reembolsada.

A gente defende porque a propriedade não é nossa. Imagine você e tudo o que você tem na sua vida, Deputado Cattani, está ali, vem o Governo Federal, o Governo Estadual e diz: agora é reserva.

- "Ué, tudo bem, cadê meu dinheiro?"
- Não tem seu dinheiro". Aqui é reserva, meu amigo, você não faz mais nada".

Isso é usurpar o direito, roubar a propriedade de outro.

Para Mato Grosso ser respeitado precisa ter segurança jurídica.

É exatamente isso que o Governador Mauro Mendes traz com esse Projeto, segurança para quem quer investir aqui, é fazer com que as Leis do nosso Estado respeitem quem trabalha e quem está lá, quem está na propriedade.

Ricardo Franco, que eu e Moretto estamos tocando com o Ministério Público, famílias de quatro gerações, quase 100 anos lá, não conseguem vender o gado, não conseguem planta soja, não conseguem fazer nada.

Quer dizer, além de tomar, você tem a obrigação de conservar, Deputado Cláudio, porque se você não conservar você pode ser preso.

Isso é um absurdo!

O Deputado Juarez Costa está propondo que Mato Grosso... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Dois minutos.

A SR<sup>a</sup> JANAINA RIVA - Não vou fazer igual o colega Lúdio. Deixa mais tempo para ele, porque ele está em minoria.

Então, Presidente, o que está sendo feito hoje é estudado no Congresso para que Mato Grosso saia...

Desliga o microfone do Botelho. Desliga o microfone do Botelho. Está ligado.

O que nós estamos fazendo agora é retirar um Projeto que retira Mato Grosso da Amazonas Legal, porque no nosso Estado onde tem demarcado como floresta nós temos que preservar 80%. Então, você tem que pagar para você sobreviver.

Não existe isso! Mato Grosso tem 62% preservado. Vamos deixar de lado aquele discurso que traz o nosso Estado como um vilão, o nosso Estado é a mocinha, o mocinho da história que carrega esse País nas costas.

Então, quero parabenizar o Governador, esse Projeto é importante para trazer segurança econômica e social para o Estado de Mato Grosso. Mato Grosso se torna um Estado onde as pessoas vão investir sem ter medo, como tem medo de investir no Araguaia.

O Eugênio não está aí. Sabem por que ele registrou voto sim? Porque o zoneamento, como estava, acabava com Araguaia, ia ser só pobreza.

Vai viver do quê? Do Bolsa Família? Gente que está lá com gado, que está lá plantando.

Que é isso, gente? Vamos ter moderação.

Esse Projeto traz equilíbrio ao Estado de Mato Grosso.

Obrigada.

O SR. ELIZEU NASCIMENTO - Senhor Presidente... Senhor Presidente, venho à tribuna também defender o Projeto, inclusive já passou pela nossa primeira Sessão da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, da qual hoje tenho a oportunidade de fazer parte.

Há alguns dias, Presidente, nós vimos que o senhor Lula, que dirige hoje o Brasil, já tem feito um posicionamento contrário à expansão econômica do agronegócio no Estado de Mato Grosso, acredito que como uma punibilidade por parte desse pelo Estado de Mato Grosso ser um Estado bolsonarista, pelo qual o nosso grande Bolsonaro sempre esteve trabalhando para a expansão do agronegócio, reconhecendo o trabalho desses grandes investidores do campo, pessoas que sempre buscaram fazer com que a economia do Estado de Mato Grosso estivesse, mesmo em momento de pandemia, pujante e crescente.

Então, senhor Presidente, nesta oportunidade venho aqui reafirmar, assim como afirmei na Comissão de Constituição de Justiça, o meu apoio a esse Projeto de grande relevância.

Nós precisamos fazer com que Mato Grosso continue no trilho do crescimento, lá no Araguaia, lá na região noroeste, onde nós temos a cidade de Colniza, aquela região que ainda precisa desse fortalecimento e desse crescimento em relação à questão da economia do agro; ainda a própria região oeste, na qual nós temos ali cidades, do nosso amigo Moretto, que precisam também dessa expansão.

Então, Presidente, quero dizer que essas pautas da esquerda infelizmente vêm retroceder o Estado de Mato Grosso e nós, enquanto estivermos aqui, tendo um Estado economicamente em crescimento, nós iremos apoiar as pautas como esta que o nosso Governador Mauro Mendes encaminhou e vamos apoiá-la.

Então, quero declarar o meu voto favorável ao Projeto de Lei... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Um minuto para o Deputado.

O SR. ELIZEU NASCIMENTO - Não podemos engessar o nosso Estado, nossa economia, que continue sempre crescente.

Portanto, nosso apoio e vamos buscar fazer com que outras pautas sejam respeitadas e aprovadas nesta Casa.

Meu muito obrigado.

O SR. VALMIR MORETTO – Presidente, rapidinho

Presidente, quero fazer um registro aqui e parabenizar o Governador Mauro Mendes por essa iniciativa, porque nós temos na nossa região dois parques, o Ricardo Franco e Serra da Santa Bárbara, um verdadeiro calote ao nosso produtor, além de desapropriar e não indenizar, ainda cabe ao nosso produtor zelar e cuidar desses parques.

Se por acaso o Estado de Mato Grosso venha a criar algum parque é porque ele está em cima de área privada. Esses parques, essas áreas de conservação só existem no Estado do Mato Grosso pela consciência do nosso produtor ter zelado dessas áreas e não ter desmatado, porque se tivessem desmatado não tínhamos nem área para criar parques, Deputado Júlio Campos.

É a consciência do Produtor na conservação do meio ambiente. Então, quero aqui parabenizar o nosso produtor.

Todos os dias os produtores da Serra Ricardo Franco têm problema ambiental nas suas propriedades: lá eles produzem, mas eles não sabem se vão tirar, se vão carregar, se a Justiça vai dar uma liminar para ele se manter, e assim sucessivamente, trabalhando com dignidade, com respeito, com suor, para produzir para o nosso Estado e para o nosso País.

Então, quero parabenizar a todos e convocar esta Casa para que esse voto seja por unanimidade em prol daqueles que preservaram o nosso Estado de Mato Grosso até hoje.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Encerrada a discussão...

Secretaria de Servi Deputado Lúdio Cabral.

Deputado Lúdio Cabral.
O SR. LÚDIO CABRAL - Presidente é só... Eu já tinha falado com o senhor, mas agora no microfone pedir destaque depois para a votação da emenda.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Dr. Eugênio.

O SR. DR EUGÊNIO - Presidente Botelho, essa discussão é muito interessante, e ela vem numa hora muito oportuna em que o nosso o nosso Mato Grosso se desenvolve de forma muito ativa.

Nosso Vale do Araguaia em especial, Presidente Botelho, se desenvolve como nunca visto na história do nosso Vale do Araguaia.

Aqui gargalos logísticos estão sendo destravados, com a implementação de pavimentação asfáltica em várias rodovias, com a chegada da ferrovia de integração do Centro-Oeste, com a troca das pontes de madeira por pontes de concreto, enfim, nosso Vale do Araguaia está mudando de cara graças ao setor produtivo, graças à coragem do nosso Governador, que teve a audácia de fazer em 2019 a colocação do Fethab 2 para que pudesse mudar a cara do nosso Mato Grosso.

A proposta de zoneamento que foi que foi colocada, Botelho, para consulta pública em 2020 cria aqui no Vale do Araguaia mais duas unidades de conservação, totalizando 862 mil hectares. Isso é uma vergonha.

A nossa região, o Estado como todo, já faz com que o meio ambiente tenha sido preservado de forma muito integral, uma sustentabilidade intensa do setor produtivo: 65% do nosso cerrado nas nossas áreas úmidas estão sendo preservadas, 65%, e 80% das nossas florestas estão sendo preservadas.

Agora esse gesto foi um compromisso que o Governador Mauro Mendes fez na cidade de Cocalinho, reconhecendo que é uma um absurdo a criação de novas unidades de conservação enquanto as existentes não dão conta nem de indenizar aqueles que foram expulsos das suas terras.

Então, Botelho, é inadmissível a criação de novas unidades mesmo.

Nós não entendemos... Não tem nada de inconstitucional. Nós não podemos travar o desenvolvimento de Mato Grosso, não podemos travar o desenvolvimento do Araguaia.

Eu peço aqui os nobres Pares para que votemos por unanimidade esse Projeto.

É lógico que vai ter uns dois Deputados que talvez não queiram o desenvolvimento do nosso Mato Grosso, do nosso Araguaia, que não entendam essa causa de sustentabilidade que nós já fazemos aqui, que vai querer fazer o contraditório, mas, tenho certeza absoluta, isso é para o bem de Mato Grosso, isso é para o bem do nosso Vale do Araguaia.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. LÚDIO CABRAL - Questão de Ordem.

Nós aprovamos na Sessão de hoje um Requerimento de minha autoria para a realização de Audiência Pública no dia 9 de março de 2023, às 9h, para tratar da PEC 12/2022, autoria do Poder Executivo, e ao mesmo tempo a suspensão da tramitação da referida PEC até a realização da Audiência Pública.

Esse Requerimento já foi aprovado em Plenário hoje, e, portanto, a tramitação da PEC está suspensa por deliberação do Plenário e não cabe novo Requerimento tratando disso.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Cláudio Paisagista.

O SR. CLÁUDIO FERREIRA - Senhor Presidente, caros Deputados, colegas.

Eu quero aqui parabenizar o Governador pelo Projeto.

O que estava acontecendo no Mato Grosso não é outra coisa senão roubo.

Nós temos que deixar bem claro: o direito à propriedade é sagrado ou não é? Se o direito à propriedade é sagrado, por que estava vendo confisco da propriedade privada para se constituir parques sem a devida indenização dos seus proprietários?

Meus amigos, a propriedade é a garantia da liberdade.

O que que é ser escravo? É você trabalhar e não ser dono daquilo que você produz, é você não receber pelo seu trabalho no final do mês. É isso que é ser escravo. Ao contrário, ser livre é ser dono do seu salário, é receber pela que você produz, é ser dono da sua propriedade.

E o que estava acontecendo no Mato Grosso não é outra coisa senão roubo, o confisco da propriedade privada.

Portanto, eu quero parabenizar o Governador do Estado.

Alguém veio me perguntar, uma série de gente na verdade: "Cláudio, você vai ser oposição ao Governo?" Este Deputado aqui não é oposição a ninguém, a ninguém. Este Deputado aqui é oposição às ideias erradas, às ideias equivocadas, às ideias que querem corromper a nossa sociedade.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. GILBERTO CATTANI - Pela Ordem, senhor Presidente.

O SR. DIEGO GUIMARÃES - Senhor Presidente...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – O Deputado Cattani está inscrito

já.

O SR. DIEGO GUIMARÃES - Eu só vou pedir a declaração do meu voto favorável.

O SR. GILBERTO CATTANI - Diego, por favor, por favor, é sobre isso.

O SR. DIEGO GUIMARÃES - Ok.

TRANSCRIÇÃO DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2023, ÀS 10H12MIN.

O SR. GILBERTO CATTANI - Senhor Presidente, quando foi apresentado o Requerimento do Deputado Lúdio, foi lido somente a primeira parte, não constava na leitura do Requerimento que eu votei, ou seja, não me manifestei, que iria sustar a PEC até a Audiência Pública.

Eu quero consultar, senhor Presidente, a Secretaria e o senhor aqui se eu posso... Qual o prazo que eu tenho regimental para mudar o meu voto nesse Requerimento.

Por favor.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Ok.

O SR. DIEGO GUIMARÃES - Senhor Presidente...

O SR. GILBERTO CATTANI – Não... Porque quando a gente vota alguma coisa aqui tem um prazo que você pode mudar o voto.

Eu quero saber no Regimento se eu posso mudar o voto. Se eu puder, eu voto então contra o Requerimento e gostaria de pedir aos outros Deputados que fizessem a mesma coisa.

O SR. DIEGO GUIMARÃES - Senhor Presidente, eu tive uma emergência familiar, vou ter que me ausentar do Plenário, mas quero registrar o meu voto favorável à Emenda Constitucional, à Mensagem do Executivo, e contrário ao substitutivo, à Emenda apresentada pelo Deputado Lúdio Cabral.

Que fique registrado meu voto - eu vou ter que me ausentar - desde logo agradecendo vossa excelência pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - De acordo com o Regimento, a votação vai continuar.

Deputado Cattani, vai pedir pela Ordem?

O SR. GILBERTO CATTANI - Eu pedi a consulta do Regimento: quanto tempo o Parlamentar tem para mudar o seu voto.

Quando nós votamos uma proposição aqui nós temos um tempo, se não me engano são 24 horas, para mudar o voto.

Secretaria de Servic Mas se o senhor for colocar a PEC em votação, beleza. Se o senhor colocar a PEC em votação...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - A PEC vai ser votada.

O SR. GILBERTO CATTANI – Ok.

Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Valdir Barranco...

Deputado Sebastião.

O SR. LÚDIO CABRAL – Pela Ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Sim, senhor.

Pode falar, Deputado.

O SR. LÚDIO CABRAL - O senhor é escravo do Regimento.

Nós aprovamos um Requerimento que suspende a tramitação.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Na verdade, a votação já foi suspensa como uma vista. A segunda vista, o senhor tem que olhar o Regimento...

O SR. LÚDIO CABRAL – Não. Mas não é vista.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - A segunda interrupção...

O SR. LÚDIO CABRAL - Nós aprovamos um Requerimento de Audiência Pública e enquanto a Audiência Pública não foi realizada a PCE não tramita. Depois do dia 9 ela volta à tramitação normal. Isso foi aprovado em Plenário pelo voto de todos os Deputados presentes a esta Sessão.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Essa é a posição do senhor.

Esse não é meu entendimento do Regimento.

TRANSCRIÇÃO DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2023, ÀS 10H12MIN.

Deputado Sebastião Rezende.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE – Presidente, continuando na discussão da nossa PEC, da PEC vinda do Governo do Estado impedindo a criação de novos parques até que os existentes sejam criados, eu também sou da opinião de que o Governo do Estado está correto nesse posicionamento.

Nós precisamos regulamentar aqueles existentes, nós ouvimos inclusive a fala do Dr. Eugênio dizendo da preocupação de toda região do Araguaia.

Você já pensou, senhor Presidente, uma região como o Araguaia, que é uma região com dificuldades extremas, termos situações como essa, criação de reservas em uma região que precisa, que está experimentando o desenvolvimento.

Então, eu acredito que é um posicionamento sensato do Governo do Estado, momento em que manda para esta Casa esse Projeto de Emenda Constitucional, proibindo que a essas novas reservas possam acontecer.

Vamos regulamentar, regularizar aquelas existentes.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Lúdio, quer falar mais?

O SR. LÚDIO CABRAL - Eu levantei uma questão de Ordem, Presidente.

O senhor não pode colocar a PEC em votação, porque nós aprovamos o Requerimento que suspende a tramitação dela até a realização da Audiência Pública no dia 9.

São três semanas. O mundo não vai acabar em três semanas. Então não vejo por que esse exagero na pressa para votar a PEC. O Governo, pela PEC, tem 10 anos para regularizar as áreas.

Todo mundo que fez a defesa aqui da necessidade de regularizar as áreas privadas em áreas e unidades de conservação falam da urgência para que isso aconteça, só que o texto da PEC diz que essa regularização vai acontecer em 10 anos. Então, não há urgência nenhuma para que daqui até o dia 9 essa PEC seja votada.

Secretaria de Servic Vamos fazer a Audiência Pública, ouvir todas as partes, ouvir o Ministério Público, ouvir as entidades ambientalistas, ouvir os produtores, ouvir os proprietários de áreas em unidades de conservação, ouvir o Ministério do Meio Ambiente, ouvir a Organização das Nações Unidas, para a gente fazer esse debate com a profundidade que ela exige, Presidente.

Não há razão nenhuma.

Eu pedi no início: retira de pauta, não há pressa em votar. Retira de pauta, não apressa em votar.

Não queria, infelizmente, ter que usar um Requerimento que o Plenário aprovou por unanimidade para que a PEC não seja votada agora. Dia 9 nós faremos Audiência Pública, passo seguinte ela vem para a 1ª Votação.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Pela Ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Sim, Deputado Sebastião, estamos analisando aqui.

O Deputado Sebastião pode falar.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Nós precisamos, senhor Presidente, que todos os Requerimentos apresentados sejam lidos na íntegra.

Esses Requerimentos ao serem apresentados à Mesa precisam ser lidos na íntegra, até para que nós não tenhamos essas situações como nós estamos vivendo agora.

Então, senhor Presidente, eu sugiro que vossa excelência reveja esse posicionamento e faça a leitura do Requerimento para que os senhores Deputados possam votar com segurança.

Muito obrigado, senhor Presidente.

TRANSCRIÇÃO DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2023, ÀS 10H12MIN.

O SR. DR. EUGÊNIO - Questão de Ordem, Presidente, pela liderança.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Dr. Eugênio.

O SR. DR. EUGÊNIO - Presidente, o Deputado Sebastião Rezende foi muito feliz.

Estou à distância participando da Sessão remotamente, votei no cabeçario, no cabeçario do Requerimento que foi lido em Plenário.

É inadmissível fazer uma votação e colocar submarino de uma forma maldosa pelo Deputado.

Não... Não... Isso não é papel parlamentar, a gente votar coisa que não sabíamos que estava sendo votado. Eu votei na Audiência Pública. Maravilha! Faça a Audiência Pública.

E dizer que não há pressa é porque não vive nas regiões que estão sendo afetadas, dizer que não há pressa é porque não vive essa insegurança jurídica nas regiões que estão sendo afetadas.

Dizem que não há pressa, porque não estão emo municípios como de Cocalinho, onde a criação de novas unidades de conservação vai comprometer 80% do município. Por isso dizem que não há pressa, porque não vivem, vivem numa bolha na qual não participam desses problemas, por isso dizem que não a pressa.

Mas há pressa, Presidente, há pressa, sim. Mato Grosso pede urgência nessa matéria e tenho certeza isso vai ser bom, vai dar celeridade à regularização de outras áreas que estão irregulares, outras unidades de conservação que foram criadas e não foram regularizadas.

Quem está falando pelas pessoas que foram desapropriadas em Novo Santo Antônio, que viviam daquela terra e foram desapropriadas e não podem mais colocar o seu gado naquela região.

Quem responde por eles? Quem que fala por eles?

É isso, Presidente, que tem que ser visto nesta Casa.

Então, por isso, Presidente, como Questão de Ordem o senhor coloca novamente o texto para votação de forma clara, para que nós possamos saber o que que nós estamos votando, ou então que desconsidere esse pedido do colega Deputado Lúdio Cabral de enquanto não houver a Audiência Pública que ele está organizando não haver a votação dessa PEC, que é fundamental para o Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Pela Ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Dilmar.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Senhor Presidente, da mesma maneira, como gentilmente sempre aqui no Parlamento, os colegas Deputados a qualquer Requerimento que pede Audiência Pública todos somos favoráveis.

Agora quando deixa de ler todo o contexto, porque para mim a Audiência Pública pode existir...

Você imagina bem, Presidente, se um Parlamentar fizer da mesma maneira, colocar pedindo Audiência Pública nos próximos 10 meses, qual Projeto que vai ser votado? Então, peço a vossa excelência, por não ter clareza na leitura do Requerimento, que reveja a votação do Requerimento e nós vamos votar contrários ao Requerimento, então, prejudicando a intenção do colega de fazer uma Audiência Pública.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Ok.

Utilizando o Art. 238 do nosso Regimento - eu sou escravo do Regimento, Deputada Janaína, Deputado Lúdio – "É lícito ao Deputado enviar a Mesa até o final da Sessão declaração escrita do voto lendo, ele podendo, sim, comentar e pode até mudar o seu voto até o final da Sessão.

Então, como pode ser... Pode ser mudado. O pessoal já apresentou aqui Requerimento para... eu vou fazer novamente a votação no Requerimento.

O SR. LÚDIO CABRAL – Presidente, lê bem o Art. 238 do Regimento. Esse pedido para alteração do voto tem que ser feito por escrito.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) — É. Mas eu estou permitindo que eles possam fazer oralmente aqui.

Eu vou fazer nova votação, Deputado. E cabe ao senhor...

O SR. LÚDIO CABRAL – Então, o senhor está desrespeitando o Regimento, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Ao senhor cabe recurso quando o senhor entender que o Presidente está tomando uma decisão que não lhe agrada.

O Plenário é soberano, Deputado Lúdio, o senhor tem que entender.

O SR. LÚDIO CABRAL - E o Plenário foi soberano, senhor Presidente, voltou o Requerimento.

Está escrito no Requerimento, não a maldade nenhuma, haveria maldade se fosse utilizado algum tipo de subterfúgio. Não! Está escrito claramente no Requerimento o que ele propõe e o que ele propõe é a Audiência Pública e a suspensão da tramitação até a realização da Audiência.

Nós fazemos isso como praxe aqui, Deputado, quando queremos debater com profundidade determinadas pautas.

Eu, sinceramente, continuo sem entender a pressa, porque nós só teremos Sessão hoje, depois nós temos o carnaval, depois na semana seguinte já é a semana do dia 9.

Então, eu não estou conseguindo entender a pressa para votar essa PEC em 1<sup>a</sup> votação, sabendo que inclusive o prazo que o Governador propõe na PEC para fazer a tal regularização urgente que precisa ser feita é de 10 anos.

Os Deputados que querem regularização urgente deveriam inclusive apresentar uma Emenda para reduzir esse prazo para um ano, dois anos, três anos, porque recurso o Estado tem.

O Estado tem 13 bilhões de reais em seu caixa hoje! E outra coisa, tem condições de captar recursos internacionais com sobra para poder fazer a regularização fundiária de todas as unidades de conservação.

Então, Presidente, bom senso.

Vamos respeitar o Regimento, o Requerimento aprovado, que não foi apresentado como maldade nenhuma - todos aqui me conhecem -, não tem maldade. Todos aqui me conhecem.

E não vai haver prejuízo nenhum. Não vai haver prejuízo nenhum. Ao contrário, a Assembleia vai se qualificar para votar com profundidade essa pauta.

É pior do que daqui a algum tempo ter que refazer isso por conta de um erro cometido por uma votação às pressas.

Os ventos do planeta mudaram, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Então, depois da fala do Lúdio, a decisão da Mesa aqui, da Presidência, é por fazer novamente a votação do Requerimento do Deputado Lúdio Cabral.

Eu vou fazer a leitura dele completa agora e os Deputados que forem favoráveis votem a favor, quem for contra o voto e contra.

Eu peço que vocês se abstenham da discussão para andar um pouquinho mais rápido. Agora não posso cortar o direito de discutir, evidentemente.

Então, o Requerimento apresentado pelo Deputado Lúdio Cabral...

Inclusive nós precisamos fazer algumas alterações no Regimento, até a Janaína me lembrou bem, Deputado Júlio, que hoje não é mais escrito, hoje é mensagem, é a *internet*, você usa o celular.

Então, você pode muito bem, e nós estamos registrando inclusive o voto válido daqueles que mandam para o nosso celular dizendo: "meu voto é sim." Então, nós temos que fazer essa adaptação.

Não é necessário o Deputado vir aqui e fazer por escrito, senão vamos fazer uma nova consulta. Funciona como... Está gravado aqui, todo mundo vai manifestar sua vontade, que é direito até o final da Sessão fazer a mudança de voto.

Então, o Requerimento do Deputado Lúdio diz o seguinte, na íntegra:

Com o fulcro no Art. 177, no *caput* do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que aprove a realização de Audiência Pública no dia 9 de março 2023, às 9h, na sala das Comissões desta Casa de Leis, com o uso do sistema de transmissão remota (*on-line*), para debater a proposta de emenda constituição nº 12/2022, de autoria do Poder Executivo, que altera e acrescenta dispositivos ao Art. 263 da Constituição do Estado de Mato Grosso, bem como a suspensão da tramitação da referida PEC até a realização da Audiência Pública.

Em discussão...

Todos se abstiveram de discutir. Então, vamos para a votação.

Quem for favorável ao Requerimento.

Pela Ordem, o Deputado Lúdio.

O SR. LÚDIO CABRAL – Presidente, só registrar mais uma vez, pela Ordem, que não cabe nova votação. O Requerimento foi lido e aprovado por unanimidade pelo Plenário, por escrito, sem maldade nenhuma e não há razão para que ele seja submetido a uma nova votação.

Então, eu quero só fazer esse registro, como o senhor disse, para fins de recurso diante de uma decisão da Mesa em que não, na nossa leitura, não respeitou o Regimento Interno da Assembleia.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Ok.

Secretaria de Servi A Justiça é sempre um direito daqueles que contestam alguma decisão.

O SR. GILBERTO CATTANI - Pela Ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Pela Ordem, Gilberto Cattani.

O SR. GILBERTO CATTANI - Senhor Presidente, assim como Deputado Lúdio, também peço pela Ordem, e fui, sim, enganado aqui hoje, sem a leitura do Requerimento, porque quando você tem uma pilha de Requerimento aqui, Deputados, em cima da mesa, Requerimentos principalmente de Audiência Pública, ninguém dos senhores vai ler, nem tem necessidade disso, porque se confia.

Então, quando vem aqui o Deputado e diz assim "vocês me conhecem, eu não faria isso", acabou de fazer. E justamente por conhecer as atitudes é que eu retiro o meu voto que o senhor acabou de ler no Requerimento aí, no Regimento, que eu tenho o direito de fazer isso antes do fim da Sessão.

Se o Senhor botar em votação, meu voto é contrário; se o senhor não colocar em votação, eu mudo meu voto e voto contra o requerimento.

É meu direito.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Encerrada a discussão.

Prestem atenção. Estou votando novamente o Requerimento do Deputado Lúdio antes de votar a PEC.

Aqueles que aprovam Requerimento do Deputado Lúdio permaneçam como estão. Quem for contra, por favor, se manifeste, levante a mão, por favor.

TRANSCRIÇÃO DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2023, ÀS 10H12MIN.

Um, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15. Então, com 15 votos contrários ao Requerimento, está reprovado.

Agora vamos à votação da PEC.

PEC nº 12/2022, Mensagem nº 172/2022, que altera e acrescenta dispositivo ao Art. 273 da Constituição do Estado de Mato Grosso. Parecer favorável da Comissão de Constituição Justiça e Redação, rejeitando a emenda nº 1.

Em discussão. Ninguém para discutir.

Eu peço ao Deputado Valdir Barranco para fazer a coleta dos votos.

Lembrando que depois nós temos que votar o destaque que o Deputado Lúdio colocou. Ele pediu destaque e nós concedemos.

Então, tem que ser votado para ser encerrada a votação da PEC. Vai votar a PEC e depois o destaque e ela pode ser considerada aprovada.

O SR. VALDIR BARRANCO - Senhor Presidente, então, passo a colher os votos dos Deputados à PEC 12/2022, que altera e acrescente dispositivo esportiva Art. 263 da Constituição do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Parecer favorável da Comissão de Constituição Justiça e Redação rejeitando a emenda nº 1.

Como vota ao Deputado Dilmar Dal Bosco? Sim.

Como vota o Deputado Carlos Avallone? Sim.

Como vota o Deputado Botelho? Sim.

Como vota o Deputado Júlio José de Campos? Sim.

Como vota Deputado Sebastião Machado Rezende? Sim.

Como vota o Deputado Paulo Araújo? Sim.

Como vota o Deputado Beto Dois a Um? Sim.

Como vota Deputada Janaína Riva? Sim.

Como vota Deputado Dr. João? Ausente.

Secretaria de Servic Como vota Deputado Juca do Guaraná? Sembleja Legislativa Está votando aqui pelo telefone.

Vale?

#### (DIÁLOGOS PARALELOS – INAUDÍVEL)

O SR. VALDIR BARRANCO - Vale para o recurso também, Lúdio.

Como vota o Deputado Thiago Silva? Sim.

Como vota Deputado Lúdio Cabral? Não.

Como voto Deputado Valdir Barranco? Não.

Como voto Deputado Wilson Santos? Sim.

Como vota o Deputado Nininho? Sim.

Como voto Deputado Diego Guimarães? Ausente.

Como vota o Deputado Elizeu Nascimento?

Como vota Deputado Faissal? Sim.

Como vota Deputado Cláudio Ferreira?

Como vota Deputado Gilberto Cattani?

Como vota Deputado Dr. Eugênio?

O SR. DR. EUGÊNIO – Voto sim, Barranco. Voto sim.

O SR. VALDIR BARRANCO - Como vota o Deputado Max Russi?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – O Deputado Max também mandou mensagem aqui registrando sim, Deputado.

Pode registrar que está como mensagem e vai ser feito um print.

O SR. VALDIR BARRANCO - Como vota o Deputado Fabinho?

TRANSCRIÇÃO DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2023, ÀS 10H12MIN.

Mandou mensagem também? Meu Deus do céu! O que virou isso, hein.

Vota como, Deputado Fabinho? Está ausente, porque não se manifestou.

O SR. FABIO TARDIN "FABINHO" - Eu voto sim. Fabinho está aqui presente e

voto sim.

O SR. VALDIR BARRANCO - Como vota o Deputado Moretto? Sim.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – O Dr. João você registrou o dele? Vai para a segunda chamada.

O SR. VALDIR BARRANCO - Dr. João.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Fala, Dr. João.

O SR. DR. JOÃO - Voto Sim.

O SR. VALDIR BARRANCO - É a voz do Dr. João mesmo.

Segunda chamada, Juca do Guaraná? Voto sim.

Deputado Presidente Botelho, temos 21 votos sim, 02 votos não e uma ausência.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Então, com 21 votos sim, a PEC está aprovada. Vai a Comissão Especial para a 2ª Votação.

Agora nós vamos votar o destaque do Deputado Lúdio.

A emenda do Deputado Lúdio é bem simples, suprime o Art. 1º da proposta, da PEC

12/2022.

é?

Em discussão...

Para discutir, Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL - Senhor Presidente, nós estamos propondo a supressão do Art. 1º porque é exatamente ele que materializa a inconstitucionalidade da proposta, porque é por meio desse Art. 1º que o Estado estabelece um dispositivo constitucional, essa coisa inusitada, que nenhum ente Federativo Brasileiro tem... Olha só... Olha só, um dispositivo constitucional que impede a proteção ao meio ambiente por meio da criação de unidades de conservação ambiental.

Secretaria de Servi Isso é inédito! Isso é inédito na história da República.

O Estado de Mato Grosso que tem um patrimônio natural riquíssimo que precisa ser protegido, o único Estado brasileiro que tem três biomas, Amazônia, Cerrado, Pantanal, o único Estado brasileiro onde nascem as águas de oito bacias hidrográficas, das duas mais importantes do País, passaria a ter um dispositivo Constitucional que proíbe a criação de unidades de conservação ambiental. Por isso a proposta de supressão do artigo, porque não há outra coisa a fazer.

Nós ainda estamos mantendo o Art. 2º, que estabelece um prazo para a regularização das atuais unidades de conservação, que é um prazo de 10 anos viu, e aí eu quero fazer um apelo aos Deputados que defendem o direito da propriedade, que defendem que os proprietários de áreas privadas que hoje estão em unidades de conservação, que precisam ser devidamente indenizados, que apresentem uma emenda, antes da segunda votação, para reduzir esse prazo de 10 anos, porque é muito tempo, Deputados, é muito tempo para assegurar... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais dois minutos está bom, não

O SR. LÚDIO CABRAL - Eu faço esse apelo aos Deputados que defendem o direito dos proprietários de áreas supostamente privadas nas áreas das unidades de conservação que proponham uma emenda para reduzir esse prazo, porque é um absurdo 10 anos.

Só em 2033 é o prazo estabelecido para que as áreas das unidades de conservação sejam devidamente regularizadas.

Esse prazo precisa ser menor.

Eu não quis entrar nesse mérito, porque a proposta não tem sentido nenhum, e por isso a emenda supressiva ao Art. 1º, porque não tem cabimento, Deputados e Deputada, a Constituição do Estado de Mato Grosso colocar um dispositivo no capítulo da proteção ao meio ambiente que proíbe a proteção ao meio ambiente por meio da criação de unidade de conservação, que tem que ser instituídas por outros instrumentos normativos, essa inovação Legislativa inusitada e absurda completamente sem sentido.

E aproveito para fazer esse apelo: há tempo, há tempo de reduzir esse prazo, Deputado Moretto, Deputado Nininho, Deputada Janaína, Deputado Eugênio, Deputado Cattani, Deputado Cláudio, Deputado Júlio Campos, Deputado Beto Dois a Um, Deputado Sebastião Rezende, Deputado Eduardo Botelho, Deputado Carlos Avallone, Deputado Wilson... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais um minuto para o senhor concluir, Deputado.

O SR LÚDIO CABRAL – Dê-me a relação dos Deputados que votaram a favor da PEC, Presidente, porque eles ainda podem, ainda podem acelerar a justa indenização aos proprietários de áreas nos territórios das unidades de conservação.

Dez anos é muito tempo. O Estado tem recurso mais do que suficiente para poder resolver esse problema num tempo muito mais rápido, protegendo o meio ambiente e assegurando o direito daqueles que ocuparam áreas nos territórios das unidades de conservação, aqueles que ocuparam justamente, que precisam comprovar justamente essa ocupação.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Ok.

Então, encerrada a discussão. Vamos para a votação.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Para encaminhar Deputado

Dilmar.

Secretaria de ServicO SR. DILMAR DAL BOSCO - É só para, da mesma maneira que nós aprovamos a PEC, não quero nem entrar em discussão, porque já discutiu toda ela aqui, mas para que a gente vote não agora no destaque sugerido pelo colega Deputado Lúdio Cabral.

Então, votando agora não, contra o destaque. Está bom?

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) — Deputado Barranco para fazer a coleta dos votos.

O SR. VALDIR BARRANCO - Senhor Presidente, passo a colher, então, os votos ao destaque da emenda 01 da PEC 12/22, emenda essa do de autoria Deputado Lúdio Cabral.

Como vota o Deputado Dilmar Dal Bosco? Não.

Como vota o Deputado Carlos Avallone? Não.

A base vai voltar não.

Como vota o Deputado Presidente Eduardo Botelho? Não.

Como vota o Deputado José de Campos? Não.

Como vota o Deputado Sebastião Rezende? Não.

Como vota o Deputado Paulo Araújo?...

Fica para a segunda chamada.

Como vota o Deputado Beto Dois a Um? Não.

Como vota a Deputada Janaína Riva? Não.

Como vota o Deputado Dr. João?...

Segunda chamada.

Como vota o Deputado Juca do Guaraná?...

TRANSCRIÇÃO DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2023, ÀS 10H12MIN.

Vai para segunda chamada também.

Como vota o Deputado Thiago Silva? Não.

Como vota o Deputado Lúdio Cabral. Sim.

Como vota o Deputado Valdir Barranco? Sim também.

Como vota o Deputado Wilson Santos? Não.

Como vota o Deputado Nininho? Não.

Como vota o Deputado Diego Guimarães? Sim.

Como vota o Deputado Elizeu Nascimento? Não.

Como vota o Deputado Faissal?...

Para segunda chamada também.

Como vota o Deputado Cláudio Ferreira? Não.

Como vota o Deputado Gilberto Cattani?

Como vota o Deputado Dr. Eugênio? Não.

Como vota o Deputado Max Russi?

Como vota o Deputado Fabinho? Deputado Fabinho, seu áudio por gentileza.

O SR. FABIO TARDIN "FABINHO" - Voto não.

Como vota o Deputado Valmir Moretto? Não.

Segunda chamada Deputado Paulo Araújo como vota? Não.

Segunda chamada Dr. João? Ausente.

Como voto Deputado Juca do Guaraná? e Deputado Max Russi?

Senhor Presidente, 18 votos não... Dezenove votos não, 02 votos sim e três

ausências.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Portanto, a emenda está rejeitada. Eu peço ao Deputado Faissal... O senhor está com a mão levantada faz horas. O senhor quer falar?

Secretaria de Servi O SR. FAISSAL CALIL – Presidente, era só para votar não.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Ok. Está registrado.

Registrado você e o Paulo Araújo, que fez harmonização, Júlio Campos - você viu? -, colocou botox, implantou cabelo. Está de parabéns o Paulo Araújo.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Não tem mais nada para ser votado.

Eu passo para a Explicação Pessoal...

Não. Desculpem-me.

Eu vou fazer ainda a Posse de dois Deputados.

Eu peço para o Deputado Moretto e a Janaína para saírem do Plenário, porque quando um Deputado titular entra o outro não pode estar. Tem que sair.

Então, eu vou fazer já a Posse de Silvano Amaral e de Alex Sandro, pastor Alex Sandro.

Neste momento daremos início à solenidade de Posse dos senhores Alex Sandro Nascimento Ribeiro e Silvano Ferreira do Amaral.

Convido o Deputado Valmir Moretto e Janaina Riva.

Eu peço para o Deputado Carlos Avallone Thiago Silva para introduzido no Plenário Senhores Alex Sandro Nascimento e Silvano Amaral.

(NESTE MOMENTO SÃO INTRODUZIDOS AO PLENÁRIO OS SRS. ALEX SANDRO RIBEIRO E SILVANO FERREIRA AMARAL.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Solicito aos senhores Alex Sandro Nascimento Ribeiro que faça a entrega ao 1º Secretário dos documentos exigidos pela Constituição do Estado ao Deputado Valdir Barranco.

Solicito ao Silvano Amaral para fazer a entrega dos documentos, diploma e declaração de bens, ao Deputado Valdir Barranco.

O SR. VALDIR BARRANCO - Senhor Presidente, conferidos os documentos a minha entregues, declaro que estão em conformidade com as exigências legais e regimentais, podendo vossas excelências tomarem o compromisso de Posse.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Com as formalidades próprias prestará o compromisso nos termos do Art. 9°, § 1°, do Regimento Interno desta Casa de Leis, junto à Mesa Diretora, ocupando a vaga em decorrência da licença do Deputado do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Valmir Moretto e da Excelentíssima Senhora Deputada Janaína Riva.

Convido o senhor Alex Sandro para que vá a tribuna.

Com a mão espalmada sobre o peito, profira o termo de compromisso.

Prometo desempenhar fiel ele aumente o mandato que me foi conferido.

O SR. ALEX SANDRO - Prometo desempenhar fiel e lealmente o mandato que foi a mim conferido.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Guardar a Constituição Federal e Estadual.

O SR. ALEX SANDRO - Guardar a Constituição Federal e a Estadual.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - E servir a minha Pátria.

O SR. ALEX SANDRO - E servir a minha Pátria.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Promovendo o bem geral do Estado de Mato Grosso.

O SR. ALEX SANDRO – Promovendo o bem Geral do Estado de Mato Grosso.

Secretaria de Servi, O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Assim o prometo.

O SR. ALEX SANDRO - Assim o prometo. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Diante do compromisso prestado perante a Mesa Diretora, declaro empossado no cargo Deputado Estadual da Vigésima Legislatura o senhor Alex Sandro Nascimento Ribeiro.

Peço agora ao Deputado Silvana Amaral dirija-se à tribuna para fazer seu juramento. Como a mão espalmada sobre o peito, repita comigo.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Prometo desempenhar fiel e lealmente e o mandato que me foi conferido.

O SR. SILVANO AMARAL - Prometo desempenhar fiel e lealmente o mandato que me foi proferido.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Guardar a Constituição Federal e Estadual.

O SR. SILVANO AMARAL - Guardar a Constituição Estadual e Federal.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Servir a minha Pátria, promovendo bem geral do Estado de Mato Grosso.

O SR. SILVANO AMARAL - Servir a minha Pátria, promovendo o bem geral do Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Diante do compromisso prestado perante a Mesa Diretora declaro empossado no cargo Deputado Estadual da Vigésima Legislatura o senhor Silvano Ferreira do Amaral.

O SR. SILVANO AMARAL - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Para assinar o termo de Posse.

(APLAUSOS)

Deixo aberta a palavra primeiro ao senhor Alex Sandro para fazer uso da tribuna.

O SR. ALEX SANDRO - Quero primeiramente dar boa tarde a todos que estão acompanhando, quer seja em casa, aqui os amigos e os nobres Deputados que se fazem presentes e aproveitar para agradecer, primeiro a Deus, a quem muito devo tudo que eu tenho, que sou e que me permitiu estar aqui hoje. Abaixo Dele, minha família e todos aqueles que acreditaram em mim.

Eu aproveito muito esta oportunidade que me é dada de estar nesta Casa de Leis, lugar esse que é propício para aqueles que desejam realmente trazer é melhorias, mudanças para a nossa sociedade.

E eu recebi uma missão, uma missão de Deus, que é de levar para as pessoas a quem tanto nós representamos, tanto nós ajudamos, receber essa missão de aqui neste lugar, aqui nesta Casa, lutar, trabalhar para que esses dias melhores possam chegar.

Eu acredito que todo Deputado que aqui está, tem dentro de si um objetivo muito claro, que é representar a sociedade, cada um no seu segmento, cada um dentro daquilo que representa e aqui eu venho aproveitar esse período que aqui estarei e prometo me esforçar o máximo, me dedicar para, junto dos demais Deputados que aqui se fazem presentes, buscar melhorias, buscar representar.

Quero aqui ser aquela voz daqueles que gostaram de falar.

Lembro-me que quando nós nos colocamos à disposição nós havíamos falado que buscaríamos dias melhores, e aqui é a Casa, aqui é o lugar onde, através de Leis, através de representação, através de demandas, podemos buscar esses dias melhores para a população de Mato Grosso.

Então, eu quero aqui já me colocar à disposição da sociedade, para que aqui neste período que estarei poder realmente representar e falar por todos, por todo Mato Grosso, por toda a juventude, por todos aqueles que anseiam, que esperam por dias melhores. Assembleia Legislativa

Secretaria de Servi Obrigado, Presidente,

Obrigado aos meus nobres amigos.

Obrigado. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Muito bem Alex Sandro. Seja bem-vindo à Assembleia Legislativa.

Deputado Silvano Amaral.

O SR. SILVANO DO AMARAL - Senhor Presidente, boa tarde!

Boa tarde a todos que nos assistem pela TV Assembleia, também pela Rádio Assembleia.

Primeiramente, eu queria agradecer a Deus por mais uma vez estar aqui à disposição do nosso povo do Estado de Mato Grosso, agradecer aqui a minha família, as pessoas que nos apoiaram na campanha, que estiveram conosco, ombreando dia a dia, voto a voto - foram 19.805 votos na campanha eleitoral.

Infelizmente a gente não teve êxito, mas a gente tem no MDB de Mato Grosso o dom de ser parceiro, de ser companheiro, não é o primeiro exemplo hoje essa assunção que nós fazemos aqui, já fizemos isso no mandato passado, a bancada do MDB no mandato passado teve aqui o ex-Deputado Romualdo, que ficou aqui praticamente quase o mandato todo e desse mandato, entre os novos Deputados daquela vez, a maioria quem deu a vaga, quem cedeu, quem foi solidário foram os membros do MDB.

E já agradeço aqui primeiramente a Deputada Janaína Riva, que me chamou na semana passada, me convocando para que pudéssemos assumir aqui, para continuar os trabalhos, inclusive no contexto social, que sempre foi a nossa marca, sempre foi a marca do nosso MDB.

Cumprimento aqui e agradeço também a bancada do nosso partido, o Deputado Juca do Guaraná.

É um prazer, Deputado Juca, revê-lo, conhecê-lo, ter o senhor como uma pessoa que está dentro do partido já há algum tempo como Vereador Presidente da Câmara e agora o nosso Deputado Estadual.

Deputado Thiago Silva, um parceiro, companheiro, formado das fileiras do MDB desde criança.

Deputado Dr. João, também um grande parceiro, um grande companheiro.

Por isso por todo esforço da bancada e também dos nossos suplentes que também nos ajudaram a ter a uma das maiores bancadas da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

E comentar aqui a vossa excelência, Deputado Botelho, dizer a vossa excelência da minha admiração condução que o senhor faz nesta Casa, deu um novo modelo, uma nova gestão, uma nova capacitação, uma nova visibilidade da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso para o cidadão de Mato Grosso, tanto é que dos 22 Deputados que foram à disputa na reeleição 18 voltaram para a Assembleia e isso é reflexo do novo modelo que a Assembleia tem feito dos últimos tempos.

Cumprimentar aqui os demais Deputados em nome dessa marca que é o Deputado Júlio Campos, estar aqui ao lado Júlio Campos por esse tempo como suplente assumindo aqui na vaga da Deputada Janaína para mim é motivo de muito orgulho, porque nós temos na pessoa de Júlio Campos também um cidadão contribuinte com o desenvolvimento e crescimento social do Estado de Mato Grosso.

Dizer que mais uma vez como Deputado Estadual venho aqui representar o norte de Mato Grosso, engrossar aqui as fileiras daqueles que representam já o Norte Mato Grosso como no caso a Deputada Janaína, o Deputado Dilmar Dal Bosco, o Deputado Cattani, que são pessoas que representam o Norte e eu quero me incluir nessa bancada do Norte.

Também dizer do meu contexto social que tenho, sempre tivemos, Deputado, a exemplo de vossa excelência, com os pequenos produtores, também viemos para cá nesse contexto social.

Sabemos que há muito o que avançar ainda, o Estado de Mato Grosso tem que avançar especialmente dentro da Agricultura Familiar, continuar investindo, e estive lá até março de 2022, quando deixamos lá investidos, inclusive com várias ações ainda em andamento, com compromisso de mais de 400 milhões de reais, investimentos jamais vistos na história dos Governos que passaram, o investimento da Agricultura Familiar.

Então, para que a gente possa continuar avançando nesse sentido, inclusive na mecanização, na tecnologia, na assistência técnica, contem com a gente, pera continuar trabalhando nesse segmento.

Também no segmento da saúde, que é um gargalo muito grande que a gente ainda tem que vencer e fazer acontecer, especialmente quando se trata de porte muito imediato, que são as questões de média e alta complexidade, automaticamente também dando condições para o Estado de Mato Grosso no contexto das construções dos hospitais que já estão em andamento, que é, no meu ponto de vista, a redenção da Saúde Pública do Estado de Mato Grosso, a construção dos hospitais e definitivamente uma solução para que a gente possa ter cirurgias de média e alta complexidade definitivamente à disposição do nosso povo mato-grossense.

Também no contexto da infraestrutura há muitas cidades, muitas regiões, que depende ainda do aparato, do trabalho, da infraestrutura, como é o caso da BR-174, que é atualmente a MT-174, que precisa ainda... E fiquei feliz na semana passada com alguns vídeos de que lá já começou a fazer a obra, uma obra pensada, sonhada pelo povo, e é através do asfalto, é através da energia que o progresso chega.

Então, também nesse contexto da infraestrutura, vamos continuar avançando, inclusive apoiando as parcerias que o Governo do Estado de Mato Grosso faz com a iniciativa privada para que a gente possa ter mais asfalto.

O Governo entregou mais de 2.500km de asfalto do Estado de Mato Grosso, boa parte desse asfalto também em parceria com os produtores, com as pessoas que realmente ajudam a contribuir com a pavimentação urbana, que é momento de crescimento social.

Também na reforma agrária com a entrega de títulos. A gente precisa avançar nisso, a gente caminhou muito pouco e título é sinalização de garantia jurídica para que as pessoas possam ter o documento da sua terra. Então, a gente vai continuar avançando também nisso, cobrando para que a gente possa caminhar.

E, por último, Deputado, quero falar aqui, esses dias ouvi vossa excelência falando, da questão da habitação.

O Estado de Mato Grosso avançou muito pouco na habitação. O próprio Governo Federal também não houve programa habitacional, ouvi esses dias vossa excelência falando, cobrando esse programa habitacional, que é essencial.

Mato Grosso tem aproximadamente um déficit de 130.000 casas populares, dessas 130.000 casas populares, o Governo do Estado de Mato Grosso tem para o seu plano de Governo nesse mandato 50.000 casas populares, e para fazer 50.000 casas populares, Deputado, precisa de muito trabalho, precisa de muita ação, precisa de muita eficiência para que a gente avance nesse contexto.

Através da casa popular a gente dá também condição de dignidade para as famílias, especialmente para as mães, as mães solteiras precisam avançar.

Aproveitando inclusive, Deputado Juca do Guaraná, Deputado Thiago Silva, Deputada Janaína e também os nossos Deputados Federais Juarez Costa e Emanuelzinho Pinheiro, aproveitando inclusive o Ministro das Cidades, que é do MDB, para a gente possa fazer avançar esse Projeto Habitacional em Mato Grosso.

O Governo Federal já lançou o Programa Minha Casa Minha Vida, são 2 milhões de casa à disposição dos brasileiros.

E se nós tivermos eficiência, relacionamento político, junto ao Governo do Estado naturalmente a gente vai conseguir êxito na construção dessas 50.000 casas populares, que é essencial para dignidade do nosso povo mato-grossense.

Então, é nesse sentido que me coloco à disposição, a exemplo do Deputado Dr. Júlio Campos, que estava agora pouco aqui, quero me colocar à disposição da sociedade, do social, para fazer um Mato Grosso com oportunidade para todos que precisam.

Por isso, Deputado, obrigado Presidente pela Posse, obrigado Deputada Janaína, obrigado ao nosso partido.

Mato-grossenses, contem com Silvano Amaral à disposição do nosso povo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Quero cumprimentar mais uma vez o Deputado Silvano, o Deputado Alex Sandro, parabenizá-los pela eleição, por estarem aqui conosco.

Tenho certeza de que vocês vão ajudar muito este Parlamento o tempo em que vocês estiverem aqui.

Peço se tem mais alguém que queira usar a tribuna.

Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Presidente Eduardo Botelho, demais colegas

Deputados.

A imprensa trouxe, senhor Presidente, hoje e ontem a informação de que o Ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, admitiu as Ações Diretas de Inconstitucionalidade sobre a Lei 11.685, Lei, Deputado Elizeu, que nós criamos aqui a proibição para a construção de hidrelétricas no Rio Cuiabá. Não é uma decisão ainda, nem monocrática. Ele apenas admitiu a continuação das ações, são duas ações, uma da Abragel-Associação Brasileira de Geração de Energia, e a outra da Confederação Nacional da Indústria, todas elas muito bem ligadas entre si, e deu a esta Casa, senhor Presidente, 10 dias para apresentar informações es relação a essa matéria; deu também ao Governo do Estado de Mato Grosso 10 dias, a AGU e também a Procuradoria Geral da República.

Então, o Ministro está ouvindo todos os atores envolvidos nessa questão.

O que eu quero dizer, senhor Presidente, é que vossa excelência poderia buscar junto ao Supremo uma Audiência nossa com o Ministro Relator Edson Fachin, para explicar ao Ministro de que a Agência Nacional de Águas-ANA fez um estudo profundo em relação ao potencial da Bacia do Alto Paraguai para a construção de usinas hidrelétricas pequenas, médias e grandes e esse estudo da Agência Nacional de Águas, ANA, indica o Rio Cuiabá como uma zona vermelha, uma zona vermelha, uma zona proibida para a construção de hidrelétricas no Rio Cuiabá.

Além disso, é importante frisar que o Rio Cuiabá e o Rio Cuiabazinho são dois grandes depositórios de ovos de desova dos peixes migradores, como Pacu, Piraputanga os grandes Bagres, Jaú Pintado, Cachara, Jurupoca e outros, como Dourado, Piaus. Eles sobem, navegam às vezes 400, 500 km para produzirem a desova no Rio Cuiabá e no Rio Cuiabazinho.

Por que isso? Porque essas duas águas têm a temperatura ideal, tem a coloração ideal, a velocidade dessas águas. É um conjunto de fatores naturais que faz do Rio Cuiabá e do Cuiabazinho... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais dois minutos para Deputado. Está bom, não é?

O SR. WILSON SANTOS - Que faz do Cuiabá e do Cuiabazinho os ambientes perfeitos para a desova de milhares, centenas de milhares desses peixes.

Então, eu gostaria de deixar a vossa excelência um pedido aqui para que vossa excelência consiga junto ao Ministro Edson Fachin uma audiência para que nós, já que ele quer ouvir a Assembleia e nos deu 10 dias de prazo, que ele nos receba em Brasília ou se ele quiser vir a Cuiabá, para que nós possamos fazer uma exposição de motivos, do porquê o Parlamento Estadual aprovou essa proibição e porque o Executivo, depois de vetar duas vezes, na terceira vez sancionou a Lei 11.685, do dia 26 de agosto de 2022, senhor Presidente.

Essa é a minha fala, é o apelo que faça a Vossa Excelência, para que a arregimente forças, articule forças, para que o Ministro Fachin possa ouvir o Parlamento Estadual sobre essa questão muito importante para a sobrevivência do Rio Cuiabá, do Rio Cuiabázinho e também do Pantanal mato-grossense.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Com certeza, Deputado Wilson Santos, nós vamos entrar mesmo para essa ação, vamos ver se a gente consegue uma Audiência com o Ministro, vamos colocar a Procuradoria para defender, vamos fazer tudo o que for possível para salvarmos o Rio Cuiabá.

Tem mais alguém que queira usar a tribuna? Se não tiver, eu quero convocar para Sessão o dia 1º de março. Na semana que vem é a semana de carnaval e nós não vamos ter Sessões. Daí no dia 1º eu convoco para o Colégio de Líderes às 9h e às 10h Sessão Ordinária.

É muito importante a reunião que nós vamos fazer no Colégio de Líderes. Nós vamos fazer mais algumas mudanças, mais algumas alterações e é muito importante os Deputados participarem. De lá vão sair decisões que vão impactar para todos nós, para todos nós aqui dentro.

O SR. WILSON SANTOS - Presidente, mais um minuto.

Eu quero aproveitar, nós só vamos ter Sessão dia 1º de agosto, quero aproveitar é fazer um apelo ao Prefeito Emanuel Pinheiro.

A fábrica de multas voltou em Cuiabá. É um absurdo o que eu tenho recebido de reclamações no meu gabinete, nas minhas redes sociais.

Prefeito Emanuel Pinheiro, por favor, tenha moderação Prefeito. O senhor instalou uma fábrica de multas em Cuiabá, de radares eletrônicos, de pardais, inaceitável.

Eu posso falar isso com autoridade, porque quando fui Prefeito de Cuiabá, durante 5 anos e três meses, eu retirei toda essa parafernália, tirei todos os radares de Cuiabá.

É uma armadilha. Isso é uma desonestidade com a maioria dos motoristas da Capital. Obrigado, Presidente.

# EXPLICAÇÃO PESSOAL

(NÃO HOUVE)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – *Ok*, Deputado Wilson. Então, não há mais ninguém para usar a tribuna.

#### ENCERRAMENTO DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Eu declaro encerrada a Sessão. Fica convocado o Colégio de Líderes dia 1º de março, às 9h, e Sessão Ordinária às

10h.

Obrigado.

Bom carnaval a todos.

ecretaria de Servic Muita moderação, preferencialmente ficar em casa, não é Cláudio? (RISOS)

Obrigado, pessoal.

Deus abençoe a todos. (LEVANTA-SE A SESSÃO).

(COMPARECERAM À SESSÃO OS SEGUINTES SRS. DEPUTADOS: BLOCO ASSEMBLEIA FORTE: DILMAR DAL BOSCO, CARLOS AVALLONE, EDUARDO BOTELHO, JÚLIO CAMPOS, SEBASTIÃO REZENDE, PAULO ARAÚJO, BETO DOIS A UM; MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO: JANAINA RIVA, DR. JOÃO, JUCA DO GUARANÁ, THIAGO SILVA; EXPERIÊNCIA E TRABALHO: LÚDIO CABRAL, VALDIR BARRANCO, WILSON SANTOS, NININHO, DIEGO GUIMARÃES; DIREITA DEMOCRÁTICA: ELIZEU NASCIMENTO, FAISSAL, CLÁUDIO FERREIRA, GILBERTO CATTANI; PARLAMENTAR UNIDOS: DR. EUGÊNIO, MAX RUSSI, FABINHO, VALMIR MORETTO.

Revisão: Franciela Fernandes

Rosivania Ribeiro França